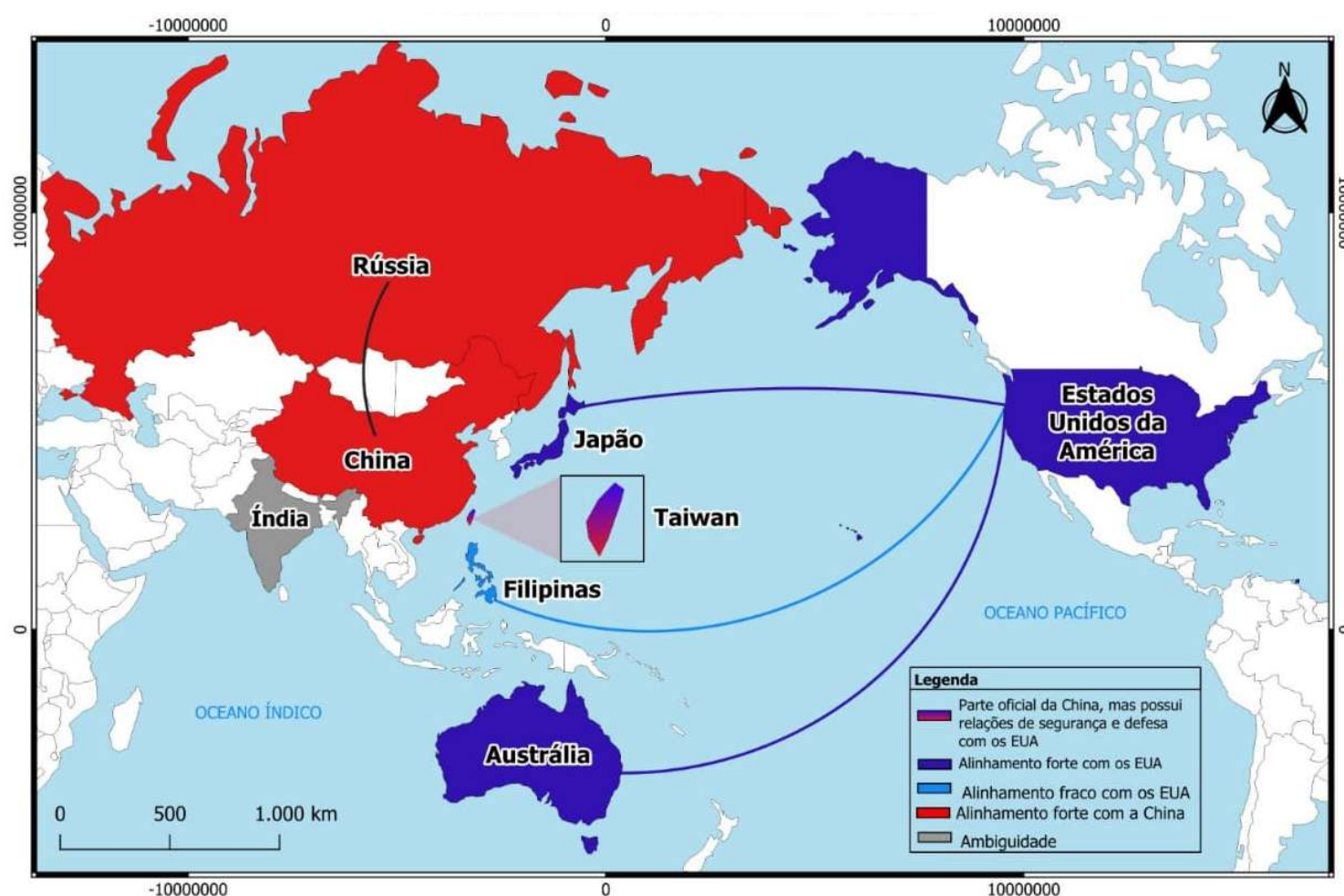


Dinâmicas de alinhamento no Indo-Pacífico



Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa - LabSeg; Fonte: OSM Satélite, 2026. Sistema: PDC Mercator; EPSG.3832; Datum: WGS 84; Elaborado com Qgis Desktop 3.40.8; Edição e Elaboração: SILVA, L. B., 2026.

Este boletim é resultado do trabalho realizado pelos pesquisadores da linha de pesquisa "Política de defesa e modernização militar" do LabSEG.

Nessa edição

INTRODUÇÃO

3

ANÁLISES DE CONJUNTURA

Inserção Norte-Americana na região Indo-Pacífica: Meios e Objetivos
Isabel Neves

6

O que o comportamento indiano no QUAD, num momento de transição de ordem no Indo-Pacífico, pode nos dizer sobre as suas relações com a China e o Ocidente?
Maria Eduarda Brasil

10

AUKUS, soberania australiana e os EUA
Julianna Mezzine

13

Pacifismo, (re)militarização e identidade estratégica no Japão contemporâneo
Bernardo Araújo de Souza Siqueira

17

Filipinas e os exercícios militares conjuntos como indicador de alinhamento
Nicolas Lopes Whately

21

Exercícios militares na região de Taiwan: a diplomacia coercitiva da China e os interesses estratégicos sino-americanos
Evelyn Barbosa

24

Nova Doutrina Nuclear Russa
Thyago Henriques Lessa de Vasconcellos Antunes

28

As dinâmicas de alinhamento da Rússia em 2025: uma retrospectiva
Thyago Henriques Lessa de Vasconcellos Antunes

34

INTRODUÇÃO

Na primeira edição do Boletim do Laboratório de Estudo de Segurança e Defesa (LabSEG), apresentamos os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto “Dinâmicas de modernização militar e balanceamento: implicações regionais e globais”, financiado pelo edital “Jovem Pesquisador Fluminense – 2024” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Os textos que compõem esta edição são fruto do engajamento de alunos de graduação, bolsistas de iniciação científica e pesquisadores voluntários, que se dedicaram à leitura, ao monitoramento e à análise das dinâmicas de segurança e defesa de países selecionados da região do Indo-Pacífico — entendida aqui como região que congrega países circundados pelo Oceano Índico e pelo Oceano Pacífico e que é palco da ascensão de novas e velhas potências militares. Esse esforço coletivo reflete não apenas o compromisso do LabSEG com a formação de novos pesquisadores, mas também a relevância de inserir estudantes, ainda na graduação, no debate sobre temas que moldam a ordem internacional contemporânea.

No centro dessas dinâmicas está a China, cuja trajetória de modernização militar nas últimas décadas é, ao mesmo tempo, causa e referência para as transformações que este boletim busca mapear. O orçamento militar chinês é hoje o segundo maior do mundo, perdendo apenas para o estadunidense. Os gastos centrais de defesa da China atingiram US\$ 273 bilhões em 2026, com crescimento real estimado em 6,4%, mantendo-se dois pontos percentuais acima da taxa de crescimento econômico do país¹.

Dentre os esforços chineses para aumentar suas capacidades militares, destacam-se também os investimentos em capacidades navais e nucleares. O próprio governo chinês reconhece, no Livro Branco de Defesa Nacional de 2019, que a Marinha do Exército de Libertação Popular tem acelerado a transição de suas tarefas de defesa em mares próximos para missões de proteção em mares distantes, aprimorando suas capacidades de dissuasão, com o objetivo de construir uma força naval forte e modernizada². Esse padrão de priorização militar se consolida no marco do 15º Plano Quinquenal (2026-2030), alinhado a investimentos em setores tecnológicos.

Esse crescimento acelerado de capacidades provoca reações dos demais países, especialmente daqueles que se sentem diretamente ameaçados pela ascensão chinesa. Podemos dizer que a ascensão militar chinesa tem repercussões justamente nas balanças de poder regional e global. No âmbito da Teoria de Relações Internacionais, o termo “balança de poder” assume diferentes acepções, referindo-se frequentemente à condição sistêmica em que há equilíbrio objetivo de poder entre as principais unidades estatais que compõem o sistema internacional, sendo o poder especialmente entendido em termos de capacidades militares. Em outras palavras, descreve uma situação

1 NOUWENS, M.; BÉRAUD-SUDREAU, L. China's National Party Congress 2026: defence remains a priority amid fiscal challenges. **IISS Military Balance Blog**, London, mar. 2026. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2026/03/chinas-national-party-congress-2026-defence-remains-a-priority-amid-fiscal-challenges/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

2 CHINA, The People's Republic of. The State Council Information Office. **China's national defense in the new era**. Beijing: SCIO, 24 jul. 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em: 8 jun. 2026.

em que os países mais influentes do sistema internacional têm forças relativamente equivalentes, especialmente em termos militares.

Nesse sentido, situações sistêmicas opostas ao equilíbrio envolveriam concentrações de poder em um único ator, as quais poderiam tomar a forma da unipolaridade (quando o sistema conta com um ator especialmente poderoso em relação aos demais), da hegemonia (quando as regras do jogo internacional são determinadas por um único ator) ou do império (quando ocorre perda de autonomia por parte das unidades menos poderosas em prol da unidade dominante)³. Igualmente aceita entre a maior parte dos estudiosos do conceito de balança de poder é a expectativa de que as unidades do sistema comportar-se-ão no sentido de buscar impedir que tais concentrações de poder sejam formadas, bem como de contrabalançar concentrações já efetivadas⁴.

A reação às concentrações de poder dá-se por meio do balanceamento externo – que compreende a formação de alianças militares – e do balanceamento interno – que, grosso modo, envolve esforços internos de ascensão de poder, como o acúmulo de tecnologias, o enriquecimento econômico e a modernização militar⁵. Nesse contexto, a modernização militar representa o conjunto de iniciativas que um Estado adota para aprimorar suas capacidades bélicas e se manter competitivo diante de possíveis adversários.

A partir dessas dinâmicas regionais, este número busca analisar as pressões internacionais e regionais que moldam o Indo-Pacífico, identificar os mecanismos pelos quais os países da região ampliam algumas das suas capacidades militares e mapear os potenciais alinhamentos que emergem desse processo, sejam eles formalizados em acordos ou realizados por meio de aproximações e cooperações no âmbito da defesa, por meio de convergências estratégicas. Esses movimentos têm se tornado parte central das políticas externas e de segurança dos países da região.

A modernização militar chinesa produz efeitos regionais evidentes, que vão da modernização das forças armadas dos países do Indo-Pacífico à celebração de parcerias bilaterais e multilaterais com os EUA. Nesse sentido, o texto de **Isabel Neves** apresenta as iniciativas estadunidenses na região em resposta à ascensão da China.

O chamado QUAD, composto por EUA, Índia, Austrália e Japão, anunciou, em setembro de 2024, o reforço da cooperação em segurança marítima, sinalizando uma resposta direta ao crescimento do poder naval chinês nas últimas décadas. Ainda nesse eixo, **Maria Eduarda Brasil** apresenta as ambiguidades presentes nas escolhas de política de defesa da Índia, que revelam uma postura de balanceamento hesitante diante das pressões do sistema.

No caso australiano, a resposta à ascensão chinesa envolve a aquisição de submarinos de propulsão nuclear no âmbito da parceria AUKUS (composta por Austrália, Reino Unido e EUA), anunciada em 2021. Esse projeto representa uma modificação significativa na política de defesa e na política nuclear da Austrália. Embora esse país não tenha armas nucleares e seja signatário do Tratado de Não-Proliferação, em decorrência do AUKUS, entrará para o seleto grupo de países que

3 NEXON, D. H. The balance of power in the balance. **World Politics**, Cambridge, v. 61, n. 2, p. 330-359, 2009.

4 NEXON, *op. cit.*; WOHLFORTH, William C. et al. Testing balance-of-power theory in world history. **European Journal of International Relations**, London, v. 13, n. 2, p. 155-185, 2007.

5 WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

operam submarinos de propulsão nuclear (composto por EUA, Rússia, França, Reino Unido, China e Índia). O texto da bolsista de iniciação científica **Julianna Mezine Coelho Correa** examina esse acordo e os principais obstáculos à sua implementação.

Já no caso japonês, a despeito da histórica resistência interna ao incremento das suas forças armadas (que constitucionalmente devem se configurar como forças de defesa e não como forças ofensivas), em 2022, o país anunciou o incremento dos gastos com defesa de 1% para 2% do PIB até 2027, bem como a aquisição de capacidades de defesa antimísseis⁶. O texto do bolsista de iniciação científica **Bernardo Siqueira** problematiza os desafios que a tradição pacifista impõe à modernização militar japonesa e às transformações na sua política de segurança.

A seu turno, o bolsista **Nicolas Whately** discorre sobre os exercícios militares conduzidos em conjunto por EUA e Filipinas, propondo que esse dispositivo opera como um indicador do alinhamento deste país aos estadunidenses. Por outro lado, também discorrendo acerca de exercícios militares, **Evelyn Barbosa** evidencia a importância de Taiwan nas relações sino-americanas, demonstrando como os exercícios chineses ao redor da ilha atuam como um mecanismo de dissuasão de eventuais movimentos de independência.

Finalmente, **Thyago Antunes** dedica-se ao monitoramento dos desdobramentos de segurança e defesa envolvendo a Rússia. Tal monitoramento justifica-se diante do aprofundamento das relações de segurança entre Rússia e China, e do objetivo de identificar as perspectivas de exercício de balanceamento externo, isto é, de formação de aliança entre esses países contra os EUA. Nesse sentido, o primeiro texto do pesquisador se aprofunda na mudança da doutrina de emprego de armas nucleares anunciada pela Rússia em 2024, enquanto o segundo narra os principais desdobramentos de segurança e defesa envolvendo esse país em 2025.

Subjacente a todas essas dinâmicas está uma polarização crescente entre EUA e China, que estrutura boa parte das escolhas de segurança e defesa dos países do Indo-Pacífico. À medida que a China expande suas capacidades militares e amplia sua presença regional, os EUA respondem reforçando alianças e articulando arranjos multilaterais de segurança. Essas tensões não determinam de forma mecânica o comportamento dos demais países, como evidenciam os casos da Índia e das Filipinas, mas condicionam o ambiente estratégico no qual suas escolhas são feitas.

O mapa produzido por **Letícia Barbosa da Silva** ilustra graficamente esses alinhamentos, oferecendo ao leitor uma síntese visual dos resultados da pesquisa apresentados nesta edição.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura e esperamos que acompanhem as próximas edições!

Layla Dawood, coordenadora do Projeto “Dinâmicas de modernização militar e balanceamento: implicações regionais e globais” (FAPERJ - SEI-260003/004557/2025) e responsável pela linha de pesquisa “Política de defesa e Modernização Militar” do LabSEG.

Alana Camoça, pesquisadora no Projeto “Dinâmicas de modernização militar e balanceamento: implicações regionais e globais” e responsável pela linha de pesquisa “Política de defesa e Modernização Militar” do LabSEG.

6 McGERTY, Fenella; WALDWYN, Tom. Japan's defence budget break-out. **IISS Military Balance Blog**, London, 2022. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2022/06/japans-defence-budget-break-out/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **Inserção Norte-Americana na região Indo-Pacífica: Meios e Objetivos**

Autor: **Isabel Neves**

Graduanda em Relações Internacionais na UERJ, pesquisadora voluntária no LabSEG.

Contato: isabelflorsantana@gmail.com

A projeção militar dos Estados Unidos no Indo-Pacífico está ancorada em uma ampla rede de alianças e parcerias de segurança que permitem a manutenção de sua influência estratégica na região. Alianças bilaterais tradicionais, como as estabelecidas com o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e as Filipinas, garantem acesso a bases, interoperabilidade militar e capacidade de resposta rápida a ameaças regionais, especialmente à ascensão chinesa e à instabilidade na Península Coreana¹.

Paralelamente, parcerias estratégicas menos formalizadas com países como a Índia, o Vietnã e Singapura ampliam a presença norte-americana por meio de cooperação naval, logística e compartilhamento de inteligência. No plano multilateral, arranjos como o QUAD e o AUKUS² reforçam a coordenação entre aliados e a superioridade tecnológica dos Estados Unidos, contribuindo para a dissuasão, a liberdade de navegação e a consolidação de uma arquitetura de segurança regional baseada em regras.

O Quadrilateral Security Dialogue (QUAD) é um mecanismo informal de cooperação estratégica formado pelos Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália, voltado à promoção de um Indo-Pacífico livre e aberto. O grupo foi criado em 2007, ficou inativo por alguns anos e foi retomado em 2017, passando a ter maior relevância para a segurança regional. Suas origens estão relacionadas à cooperação entre esses países após o tsunami do Oceano Índico de 2004, quando atuaram conjuntamente em ações humanitárias. Embora não seja uma organização formal, o QUAD promove o diálogo e a cooperação em áreas como segurança marítima, tecnologia, infraestrutura e mudanças climáticas. No contexto geopolítico do Indo-Pacífico, o grupo é frequentemente

1 SANT'ANNA, Lourival. A aliança entre EUA e países do Indo-Pacífico para isolar a China. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2024. Disponível em <https://www.estadao.com.br/internacional/lourival-santanna/a-alianca-entre-eua-e-paises-do-indo-pacifico-para-isolar-a-china/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

2 SANT'ANNA, Lourival. Aliança contra China prepara expansão e pode incluir Japão. **CNN Brasil**, [S. l.], 9 abr. 2024. Internacional. Colunas. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/lourival-santanna/internacional/alianca-contra-china-prepara-expansao-e-pode-incluir-japao/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

interpretado como uma forma de coordenação entre esses países diante das mudanças no equilíbrio de poder na região³

Por outro lado, a AUKUS é uma parceria de segurança trilateral estabelecida em 2021 entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, com o objetivo de fortalecer a cooperação estratégica e as capacidades de defesa dos três países, especialmente na região do Indo-Pacífico. Um dos principais elementos do acordo é o compromisso de apoiar a Austrália no desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear, além de ampliar a colaboração em áreas de tecnologia militar avançada, como inteligência artificial, cibersegurança, computação quântica e sistemas submarinos. Diferentemente de alianças tradicionais focadas apenas na defesa coletiva, a AUKUS enfatiza o desenvolvimento conjunto de capacidades militares e o compartilhamento de tecnologia, visando aumentar a interoperabilidade entre as forças armadas dos países participantes. Nesse contexto, a parceria é frequentemente interpretada como parte dos esforços de cooperação estratégica entre aliados para lidar com as transformações no equilíbrio de poder e os desafios de segurança na região do Indo-Pacífico.⁴

Para além dos acordos citados acima, destacam-se outras formas de materialização dessas alianças militares: os exercícios e treinamentos militares conduzidos pelos Estados Unidos em cooperação com países da região. Tais atividades têm diversos objetivos estratégicos, entre os quais se destacam o aumento da interoperabilidade entre as forças armadas, o fortalecimento da dissuasão estratégica e o aprofundamento das alianças e da confiança política entre os parceiros envolvidos. Ademais, para além da realização de exercícios militares conjuntos, a presença dos Estados Unidos no Indo-Pacífico manifesta-se também por meio da manutenção de bases militares e da celebração de acordos bilaterais e multilaterais de defesa com países da região.

O exercício militar Freedom Edge, conduzido pelos Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul, constitui um exemplo relevante desse fenômeno. Trata-se de um treinamento de campo trilateral iniciado em junho de 2024, cujo objetivo é fortalecer as capacidades operacionais conjuntas dos três países nos domínios marítimo, aéreo e cibernético. Além disso, o exercício reflete o compromisso de Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos em promover a interoperabilidade militar trilateral e em preservar a liberdade, a paz e a estabilidade na região do Indo-Pacífico, incluindo a Península Coreana. A decisão de estabelecer uma nova série de exercícios militares denominado *Freedom Edge* foi anunciada durante a reunião dos ministros da Defesa dos três países no Shangri-La Dialogue de 2024, realizado em Singapura. Entretanto, para além do fortalecimento da cooperação entre os países participantes, é possível argumentar que o exercício também possui um objetivo estratégico adicional: contribuir para a contenção de potências regionais, especialmente China e Coreia do Norte.

De acordo com o site de notícias “AP News”, os exercícios militares entre os três países foram duramente criticados pelos países-alvo em potencial. A irmã do líder norte-coreano Kim Jong Un, figura influente no regime, já havia criticado os exercícios militares em pronunciamentos à mídia

3 PEREIRA, Andrew. **The Quad**. Encyclopedia Britannica, [S. l.], 27 May. 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/The-Quad>. Acesso em: 12 mar. 2026.

4 MARKOWSKI, Stefan; WYLIE, Robert; CHAND, Satish. The AUKUS agreement: a new form of the plurilateral defence alliance? A view from downunder. **Contemporary Security Policy**, v. 40, n. 3, p. 430–449, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14751798.2024.2385704>. Acesso em: 12 mar. 2026.

estatal, argumentando que tais manobras evidenciam uma postura confrontacional dos dois países em relação à Coreia do Norte. Segundo Kim Yo Jong, a realização de demonstrações de força consideradas imprudentes nas proximidades do território da República Popular Democrática da Coreia tende a gerar consequências negativas para os próprios envolvidos⁵.

Além do exercício Freedom Edge, outros treinamentos militares conduzidos pelos Estados Unidos em parceria com países da região têm ocorrido de forma recorrente. Um exemplo é o Super Garuda Shield, exercício militar multilateral anual realizado na Indonésia, organizado principalmente pelo Comando Indo-Pacífico dos Estados Unidos (USINDOPACOM) em conjunto com as Forças Armadas da Indonésia (Tentara Nasional Indonesia – TNI). A edição de 2025 contou com a participação de 13 nações parceiras, incluindo Austrália, Japão, Singapura, Reino Unido, França, Canadá, Alemanha, Países Baixos, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Brasil⁶.

Outro exemplo relevante é o Keen Sword, exercício bilateral conjunto entre o Japão e os Estados Unidos, concebido para aumentar a prontidão operacional e a interoperabilidade entre as forças participantes, ao mesmo tempo em que fortalece a aliança estratégica entre os dois países. Realizado desde 1986, o exercício constitui um importante instrumento de cooperação em segurança no Indo-Pacífico. A edição de 2024 ocorreu em outubro e contou com a participação das Forças de Autodefesa do Japão (Japan Self-Defense Forces – JSDF), das Forças de Defesa da Austrália (Australian Defence Force – ADF), das Forças Armadas Canadenses (Canadian Armed Forces – CAF) e de militares norte-americanos provenientes de diferentes ramos das forças conjuntas.⁷

Por fim, também é importante também ressaltar a presença estadunidense no Indo Pacífico por meio das suas bases militares na região. No Japão, que abriga a maior concentração de forças militares norte-americanas no exterior, estão estacionados cerca de 54 mil militares em diversas instalações, especialmente na região de Okinawa, o que permite aos Estados Unidos responder rapidamente a crises regionais e reforçar compromissos de defesa com aliados. Na Coreia do Sul, as bases militares também desempenham papel estratégico, estando diretamente relacionadas à dissuasão frente às ameaças provenientes da Coreia do Norte e ao apoio às operações conjuntas entre os dois países. Já nas Filipinas, a presença militar norte-americana ocorre por meio de acordos de cooperação em defesa, como o Enhanced Defense Cooperation Agreement (EDCA), que permite o acesso e o uso rotativo de instalações militares filipinas por tropas e equipamentos dos Estados Unidos⁸.

5 KIM, Tong-Hyung. U.S., South Korea and Japan open joint air and naval exercise. **Associated Press (AP News)**, [S. l.], 14 set. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/south-korea-us-japan-freedom-edge-drills-6577be92c68446e02c10e67211db1aff>. Acesso em: 12 mar. 2026.

6 ASSOCIATED PRESS. Indonesia hosts annual U.S.-led combat drills with Indo-Pacific allies. **AP News**, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://apnews.com/article/indonesia-us-super-garuda-shield-military-exercise-4d75f0f85b693a0bf0fe7a9654a92fe0>. Acesso em: 10 mar. 2026.

7 UNITED STATES, The. U.S. Indo-Pacific Command. **U.S., Japan successfully concludes joint bilateral exercise Keen Sword 25**. Honolulu: U.S. Indo-Pacific Command, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://www.pacom.mil/Media/NEWS/News-Article-View/Article/3954464/us-japan-successfully-conclude-joint-bilateral-exercise-keen-sword-25/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

8 CAMPBELL, Caitlin; NICASTRO, Luke A.; KEYS, Cameron M. **U.S. Indo-Pacific Command (INDOPACOM)**. [S. l.]: Congressional Research Service, 5 mar. 2024. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/2024-03-05_IF12604_16dda9ffa3c9cc7b2e4f90afb51f092e6c63690d.html. Acesso em: 12 mar. 2026.

Em conclusão, é possível ver que este comportamento estadunidense de inserção no Indo-Pacífico não é algo novo, mas sim algo que ocorre há anos e que corresponde à sua estratégia de atuação na região. Uma vez que se considera um país pertencente à região Indo-Pacífica, pode-se esperar o seu comprometimento com a segurança do local.⁹ Entretanto, também é bem nítida a sua tentativa de conter o avanço de potenciais rivais na região, tendo como principais alvos a China e a Coreia do Norte.

9 UNITED STATES, The. The White House. **Indo-Pacific Strategy of the United States**. Washington, DC: The White House, feb. 2022. Disponível em: <https://2021-2025.state.gov/indo-pacific-strategy/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **O que o comportamento indiano no QUAD, num momento de transição de ordem no Indo-Pacífico, pode nos dizer sobre as suas relações com a China e o Ocidente?**

Autor: **Maria Eduarda Brasil**

Graduanda em Relações Internacionais na UERJ, bolsista de Iniciação Científica UERJ/CNPQ 2025

Contato: mariakemb3@gmail.com

Para pensar as dinâmicas de poder no Indo-Pacífico, o presente texto discute o QUAD – Diálogo de Segurança Quadrilateral – e como a ascensão da China se relaciona com a decisão indiana de se opor à crescente influência chinesa no Indo-Pacífico. O QUAD é um grupo/arranjo composto por quatro “democracias” (como se denominam), entre elas: Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos, que surgiu em 2007-2008. O ‘Tsunami Core Group’ (2004-2005), como podemos denominar esse agrupamento inicial dos quatro países, surgiu com o objetivo de ajudar as populações afetadas pelos desastres naturais no Oceano Índico em 2004. Esse agrupamento, sem secretariado nem qualquer personalidade jurídica, evoluiu, em 2007, para o QUAD 1.0 – quando surgiu o Diálogo de Segurança Quadrilateral. Com isso, vemos iniciativas do grupo, como exercícios marítimos conjuntos na Baía de Bengala e dois exercícios Malabar em 2007¹.

O QUAD 1 enfrentou alguns desafios. A Austrália receava causar desconforto a outros países, principalmente à China, o que levou o Estado a romper oficialmente com o QUAD em novembro de 2007. O principal impulsionador do QUAD, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, renunciou ao cargo em setembro de 2007, o que acabou por enfraquecer o apoio japonês ao agrupamento. Já a Índia enfrentou protestos internos de partidos comunistas que não apoiavam os exercícios navais em conjunto e o acordo nuclear com os EUA – acordo que, combinado com o pedido de participação no Grupo De Fornecedores Nucleares, gerava um grande receio da reação chinesa. Com isso, vemos um enfraquecimento contínuo do QUAD 1.0, que teve curta duração.

O agrupamento permaneceu inativo por muitos anos; 2017 foi o ano de sua reaparição, iniciando o período que podemos denominar QUAD 2.0 (2017-2020). O interesse no grupo volta com o início da administração de Donald Trump em 2017 a fim de “conter a ascensão de Pequim e sua assertividade”² além de promover um Indo-Pacífico livre e aberto.

1 TZINIERIS, Sarah; CHAUHAN, Rishika; ATHANASIADOU, Eirini. India's A La Carte Minilateralism: AUKUS and the Quad. *The Washington Quarterly*, [S. l.], v. 46, n.4 p. 21–39, 2023.

2 CHAN, Lai-Ha; LEE, Pak K. Quad 2.0 in flux, how possible? A study of India's changing 'significant other'. *Australian Journal of International Affairs*, [S. l.], v. 77, n. 5, p. 483–508, 2023.

A Índia, poucos meses antes dos olhares se voltarem novamente para o Indo-Pacífico e o QUAD, atingiu um ápice de suas tensões com a China desde a deflagração da Guerra Sino-Indiana em 1962, com tropas indianas e chinesas entrando em conflito em 2017 pelo território de Doklam ou Donglang, como é chamado na China. Este território é reclamado tanto como território chinês quanto do Butão, aliado indiano. Soma-se a isso o fato de a Índia já se sentir ameaçada pelos investimentos chineses em infraestrutura no Corredor Econômico China-Paquistão, iniciados em 2015, que passa pela região de Gilgit-Baltistão, na Caxemira, disputada entre Índia e Paquistão. Essa posição chinesa foi vista pela Índia como uma forma de ampliar sua influência em regiões consideradas indianas.

Além disso, com a expansão da Iniciativa do Cinturão e Rota na região do Oceano Índico, incluindo países como Bangladesh, Maldivas e Sri Lanka, isso acaba por colocar em risco a influência indiana, que via a região do Oceano Índico como geoestratégica para sua força regional em oposição à China. Além deste caso, tivemos também o confronto fronteiriço entre a China e a Índia devido à Linha de Controle Real, em junho de 2020. Foi o primeiro conflito com perda de vidas entre os dois países em quarenta e cinco anos. Esse conflito evidenciou ainda mais o receio da Índia quanto à grande diferença de poder militar em relação à China. Em razão disso, a resposta indiana ao conflito foi cautelosa, para que não houvesse uma escalada de tensões com a China, além de manter aproximação e parceria com o Paquistão para o Corredor Econômico.³ Adicionalmente, ressalte-se a importância da China como parceiro comercial da Índia, representando 11% do comércio indiano na época.

Neste contexto, por mais que suas relações com a China, desde então, tenham estado fragilizadas, a Índia teme elevar ainda mais as tensões com seu vizinho se adotar uma postura fortemente pró-QUAD. Diante disso, a Índia tem mantido sua política externa em posição de autonomia estratégica, como forma de contornar a pressão dos membros do QUAD para participar de exercícios militares ou adotar uma linha de enfrentamento mais dura ao crescimento da influência regional chinesa.

Do ponto de vista retórico, os membros do QUAD apresentam-se como um agrupamento que compartilha uma identidade democrática liberal. Entretanto, a Índia visa obter reconhecimento internacional pelo seu crescente poder e também igualdade com as grandes potências. Por isso, a postura indiana frente aos países ocidentais é de resistência, devido ao passado colonial e imperialista das grandes potências na região. Nesse sentido, a narrativa de um agrupamento democrático e liberal pode se apresentar como uma faca de dois gumes para a Índia, já que foi fortemente criticada, inclusive pelos Estados Unidos, na administração Biden, por sua postura iliberal durante as administrações do primeiro-ministro Narendra Modi, reeleito em 2024. Uma das organizações que elaboraram relatórios sobre a corrosão democrática na Índia foi a Freedom House. Esta organização rebaixou a Índia no ranking de países com liberdade e direitos humanos, levando o país a ir de “livre” para “parcialmente livre”.

Não obstante as pressões externas para um maior engajamento no QUAD, a Índia adota uma política externa focada em buscar o que a pesquisadora Sumitha Narayanan defende como “redes” no artigo “India, Japan, and the Quad: Furthering an ‘Indispensable Partnership’” (2023). Ou seja, seguir com parceiros econômicos e políticos tradicionais, mas também buscar formar parcerias

3 CHAN, Lai-Ha; LEE, Pak K. Quad 2.0 in flux, how possible? A study of India's changing 'significant other'. **Australian Journal of International Affairs**, [S. l.], v. 77, n. 5, p. 483–508, 2023.

diversificadas para maximizar seu poder e sua influência. Isso demonstra como a relação indiana com o QUAD é ambivalente: ora, por alguns momentos, busca demonstrar interesse em fazer parte do diálogo e, em outros, busca o não-alinhamento e a autonomia estratégica, por perceber riscos contínuos ao se associar a esta ordem liberal proposta.

O que percebemos é um interesse forte dos Estados Unidos, do Japão e da Austrália em constituir a partir do QUAD uma “comunidade-região” que possibilitaria a promoção de uma segurança compartilhada no Indo-Pacífico.⁴ Devido às suas últimas tensões com a China, a Índia pode ver sua relação com a vizinha como um “outro significativo”, conceito mobilizado pelos autores Lai-Ha Chan e Pak K. Lee no artigo “Quad 2.0, how possible? A study of India’s changing ‘significant other’” (2023). Traduzido do inglês com base no Collins English Dictionary, “Significant Other” é “uma pessoa que tem importância ou influência na vida do outro”. Ou seja, o conceito é mobilizado para refletir qual país tem uma influência em como a Índia se comporta no cenário internacional e regional, e por quais motivos se constitui essa ideia de “eu” nacional e do “outro” como ameaça. Os autores Lai-Han Chan e Pak K. Lee argumentam que o “outro significativo” indiano mudou algumas vezes ao longo do tempo, mas manteve a tradição de ver os países ocidentais como um “outro significativo” ameaçador. Isso se deve ao passado colonial indiano, que foi impactado pelo imperialismo. Esses fatores podem explicar a resistência do país a aprofundar sua cooperação e suas narrativas com o QUAD, mesmo após a fragilização e o aumento das tensões sino-indianas. Além disso, os mesmos autores citados argumentam que a Índia ainda segue a cultura estratégica idealista que Jawaharlal Nehru – o primeiro a assumir o cargo de primeiro-ministro indiano após a independência; era líder do movimento nacional de independência - deixou na diplomacia indiana. Ou seja, em certa medida ainda vê a China como um parceiro natural indiano por conta de suas identidades: não-ocidentais, pós-coloniais participando juntos de organizações como BRICS, SCO (Shanghai Cooperation Organization) e RIC (Rússia-Índia-China).

Em suma, percebe-se uma postura indiana ambivalente quanto à intensidade de sua participação no agrupamento QUAD. Além disso, a Índia tem interesse em fazer parte de um QUAD que não apenas olhe para o viés de segurança, mas também permita meios para que a Índia alcance cada vez mais um status de poder e seja considerada uma “igual” pelas grandes potências mundiais. Isso, além de se apresentar como construtora da nova ordem no Indo-Pacífico, busca ampliar sua influência na região. Por outro lado, por mais que suas relações com a China tenham estado fragilizadas, especialmente desde o conflito sobre a Linha de Controle Real em 2020, a Índia reluta em assumir uma postura de enfrentamento direto. Alguns fatores que dificultam essa postura de enfrentamento são: o tamanho da fronteira entre os dois países, a importância comercial da China no país e a tradição de relações entre os dois países, que compõem diferentes organizações juntas como BRICS e SCO.

4 SULLIVAN DE ESTRADA, Kate. India and order transition in the Indo-Pacific: resisting the Quad as a ‘security community’. *The Pacific Review*, v. 36, n. 2, p. 378–405, 2023.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **AUKUS, soberania australiana e os EUA**

Autor: **Julianna Mezine**

Graduanda em Relações Internacionais na UERJ, bolsista de Iniciação Científica FAPERJ

Contato: juliana.mezine@outlook.com.br

No dia 15 de setembro de 2021, o Primeiro-Ministro da Austrália, Scott Morrison, o presidente dos EUA, Joe Biden, e o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Boris Johnson, anunciaram um acordo que visa, em primeira instância, o fornecimento de submarinos convencionalmente armados movidos a propulsão nuclear para a frota australiana. Segundo a declaração conjunta dos chefes de Estado, o acordo, conhecido como AUKUS, é uma tentativa de contribuir para a manutenção da segurança e da estabilidade no Indo-Pacífico.¹

O acordo trilateral prevê dois pilares a serem cumpridos ao longo das décadas. O primeiro é dedicado especificamente à questão dos submarinos, prevendo o fornecimento de três a cinco submarinos estadunidenses da classe Virginia à frota australiana. Também foi acordado o desenvolvimento do SSN-AUKUS, um submarino que será construído nos estaleiros britânico e australiano ainda nesta década e contará com tecnologias desenvolvidas por todos os três países. O prazo de entrega da versão britânica é o fim da década de 2030 e, da australiana, o início dos anos 2040.² Já o segundo pilar contempla as chamadas “capacidades militares avançadas”, que englobam áreas como guerra eletrônica e submarina, capacidades hipersônicas e contra hipersônicas, inteligência artificial e autonomia, entre outras.³

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, Zhao Lijian, declarou em 2021 que o acordo demonstra uma “mentalidade da Guerra Fria” e que colocaria em risco a segurança da região ao incentivar “uma corrida armamentista”.⁴ Apesar de não ser mencionada diretamente na divulgação do acordo, há consenso de que a criação do programa de

1 UNITED KINGDOM, The. Prime Minister's Office. **PM Statement on AUKUS Partnership**: 15 September 2021. GOV.UK, [S. l.], 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-statement-on-aukus-partnership-15-september-2021>. Acesso em: 27 nov. 2025

2 UNITED KINGDOM, The. Prime Minister's Office. **Joint Leaders Statement on AUKUS**: 13 March 2023. GOV.UK, [S. l.], 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/joint-leaders-statement-on-aukus-13-march-2023/joint-leaders-statement-on-aukus-13-march-2023>. Acesso em: 27 nov. 2025.

3 BROOKE-HOLLAND, Louisa. **AUKUS pillar 2: Advanced Capabilities**. [S. l.]: UK Parliament, 2 set. 2024. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9842/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

4 AUKUS: China denounces US-UK-Australia pact as irresponsible. **BBC**, [S. l.], 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-58582573>. Acesso em: 4 dez. 2025.

submarinos é uma tentativa de conter a expansão do poderio militar chinês no Indo-Pacífico, especialmente devido às suas reivindicações territoriais na região. Posteriormente, a questão do Mar do Sul da China foi mencionada em uma declaração ministerial conjunta entre Austrália e EUA⁵. Esse encontro, chamado Australia-U.S. Ministerial Consultations (AUSMIN 2021), resultou em um documento que afirmava que as ações chinesas não tinham base legal e contestava a militarização de áreas disputadas da região.⁶

A França também demonstrou revolta, com seu ministro de Relações Exteriores, Yves Le Drian, declarando que o acordo foi “uma facada nas costas.”⁷ Sua reação se deu por conta do acordo anunciado em 2016, assinado entre a França de François Hollande e a Austrália de Malcolm Turnbull, que previa a compra de submarinos franceses de classe Barracuda e visava à renovação da frota australiana, item que constava, inclusive, em seus documentos oficiais de defesa⁸. Com a assinatura do AUKUS, esse acordo foi abandonado, prejudicando a presença do Estado francês no Indo-Pacífico⁹.

No momento, o acordo enfrenta incerteza devido a mudanças na conjuntura internacional nos últimos anos, especialmente quanto ao comprometimento dos EUA com seus aliados e preocupações sobre a soberania australiana. O evento que representou essa mudança foi a eleição de Donald Trump, que iniciou seu segundo mandato como presidente em janeiro de 2025. Sua ascensão ao poder pôs em dúvida a continuidade do acordo, fruto de negociações da era Biden, que foi submetido a um comitê de análise no Pentágono para garantir seu alinhamento com a política trumpista do “America First”¹⁰. Outra razão para a incerteza é a imposição de tarifas estadunidenses a uma série de países, incluindo seus aliados históricos, como a própria Austrália.¹¹

No lado australiano, a principal preocupação em torno do acordo seria uma possível ameaça à soberania do país, sob a forma de ingerência dos EUA em questões de segurança e defesa. Paul

5 COX, Loyd; COOPER, Danny; O'CONNOR, Brendon. The AUKUS umbrella: Australia-US relations and strategic culture in the shadow of China's rise. **International Journal**, v. 78, n. 3, p. 307-326, 30 ago. 2023.

6 AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. **Joint Statement Australia-U.S. Ministerial Consultations (AUSMIN) 2021**. Department of Foreign Affairs and Trade, [S. l.], 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/geo/united-states-of-america/ausmin/joint-statement-australia-us-ministerial-consultations-ausmin-2021>. Acesso em: 13 mar. 2026.

7 CHRISAFIS, Angelique; BOFFEY, Daniel. 'Stab in the back': French fury as Australia scraps submarine deal. **The Guardian**, Paris; Strasbourg, 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/16/stab-in-the-back-french-fury-australia-scraps-submarine-deal>. Acesso em: 04 dez. 2025.

8 AUSTRALIA. Department of Defence. **2016 Defence White Paper**. [S. l.]: Australian Government Department of Defence, 2016. p. 91.

9 CHRISAFIS, Angelique; BOFFEY, Daniel. 'Stab in the back': French fury as Australia scraps submarine deal. **The Guardian**, Paris; Strasbourg, 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/16/stab-in-the-back-french-fury-australia-scraps-submarine-deal>. Acesso em: 04 dez. 2025.

10 NEEDHAM, Kristy; JOSE, Renju; BRUNNSTROM, David. Australia confident US will proceed with Biden-era submarine pact after review. **Reuters**, [S. l.], 11 jun. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/australia-work-closely-with-us-review-biden-era-submarine-pact-2025-06-11/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

11 KIM, Victoria. Com incertezas nos EUA, Austrália debate necessidade de plano B para defesa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/04/05/com-incertezas-nos-eua-australia-debate-necessidade-de-plano-b-para-defesa.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2025.

Keating e Malcolm Turnbull, ex-primeiros-ministros australianos, estão entre os principais críticos¹². Gareth Evans, ex-ministro de Relações Exteriores, afirmou que é possível que os EUA queiram manter sua agência sobre os submarinos e que existe uma chance de a Austrália ser arrastada para um possível conflito EUA-China sobre Taiwan.¹³

Neste ano de 2026, pela primeira vez desde o anúncio do acordo em 2021, o governo dos EUA contempla abertamente a possibilidade de não enviar à Austrália submarinos movidos a propulsão nuclear conforme previsto no Pilar 1 do AUKUS. Um relatório do Congresso, publicado no fim de janeiro, argumenta que é do interesse nacional manter os submarinos em sua posse para um possível conflito contra a China por Taiwan. A hesitação do Ministro da Defesa da Austrália, Richard Marles, em afirmar o alinhamento do seu país com os EUA em caso de guerra contra a China foi apontada como uma das razões para essa escolha.¹⁴ Corroborando com o argumento do documento, Pat Conroy, Ministro da Indústria de Defesa, afirmou em 2025 após pressões do Pentágono que a posição do seu país seria decidida pelo “governo do dia”.¹⁵

Outro item do documento refere-se à dificuldade atual que os estaleiros americanos enfrentam em suprir a demanda da própria marinha por embarcações. Essa barreira também tem natureza legal, já que o fornecimento de submarinos só é permitido pela legislação dos EUA desde que não enfraqueça as capacidades de defesa dos EUA.¹⁶ Ademais, esse tópico do relatório ecoa o que já foi informado ao Senado em 2025 pelo almirante Daryl Caudle em um comitê.¹⁷

Apesar dessas incertezas, o governo australiano está comprometido com o AUKUS, realizando pagamentos de grande porte para garantir a entrega dos submarinos acordados. O mais recente foi anunciado em meados de fevereiro de 2026, no montante de 3,9 bilhões de dólares australianos (US\$ 2,7 bi), destinado à construção de um estaleiro em Osborne, Adelaide. Essa

12 JACKSON, Lewis. Australia PM defends AUKUS submarine deal against critics. **Reuters**, Sydney, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/australia-pm-defends-aukus-submarine-deal-against-critics-2023-03-16/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

13 STEIN, Lucia; PRIADKO, Taryn. Why the AUKUS deal is still a controversial and perplexing issue for most Australians. **ABC News**, [S. l.], 11 feb. 2025. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2025-02-12/aukus-critics-explain-controversy-around-security-partnership/104883284>. Acesso em: 5 mar. 2026.

14 DOHERTY, Ben. US congressional report explores option of not delivering any AUKUS nuclear submarines to Australia. **The Guardian**, [S. l.], 4 feb. 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2026/feb/05/not-delivering-any-aukus-nuclear-submarines-to-australia-explored-as-option-in-us-congressional-report>. Acesso em: 5 mar. 2026.

15 NEEDHAM, Kristy. Australia will not commit troops in advance to any conflict, minister says. **Reuters**, Sydney, 13 jul. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/australia-will-not-commit-troops-advance-any-conflict-minister-says-2025-07-13/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

16 DOHERTY, Ben. US congressional report explores option of not delivering any AUKUS nuclear submarines to Australia. **The Guardian**, 04 de fev. 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2026/feb/05/not-delivering-any-aukus-nuclear-submarines-to-australia-explored-as-option-in-us-congressional-report>. Acesso em: 05 de mar. 2026.

17 DOHERTY, Ben. Australia won't receive Aukus nuclear submarines unless US doubles shipbuilding, admiral warns. **The Guardian**, [S. l.], 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jul/28/aukus-australia-nuclear-submarines-us-subs-navy-admiral>. Acesso em: 5 mar. 2026.

instalação visa a construção dos submarinos SSN-AUKUS, que será co-capitaneada pela Austrália e o Reino Unido.¹⁸

Considerando as repercussões do AUKUS desde seu anúncio em 2021, entende-se que sua criação foi polêmica desde o princípio não apenas entre rivais das potências ocidentais, mas também entre os próprios aliados da Austrália. Sua existência, apesar de representar uma renovação nas capacidades de defesa diante de um cenário de conflito, também pode ser a razão da sua entrada nele. O comprometimento com os EUA, na visão dos críticos, representa uma ameaça à soberania e à própria segurança geopolítica australiana, o que é corroborado pela pressão americana pelo alinhamento australiano na hipótese de uma guerra contra a China. No campo logístico, as dificuldades de oferta e demanda de embarcações militares estadunidenses representam uma ameaça à integridade do acordo. No entanto, mesmo com todas as incertezas que vêm majoritariamente de questões internas dos EUA, o governo australiano se mostra comprometido e otimista. Por ser um acordo de longo prazo, espera-se que ainda haja inúmeros novos desdobramentos que serão articulados pelos futuros governos eleitos dos países-membros, assim como novos eventos no Sistema Internacional que poderão contribuir para seu sucesso ou fracasso.

18 REUTERS. Australia pledges \$2.7 billion to progress nuclear submarine shipyard build. **Reuters**, Sydney, 14 feb. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/australia-pledges-27-billion-progress-nuclear-submarine-shipyard-build-2026-02-15/>. Acesso em: 05 mar. 2026.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **Pacifismo, (re)militarização e identidade estratégica no Japão contemporâneo**

Autor: **Bernardo Araújo de Souza Siqueira**

Graduando em Relações Internacionais na UERJ, bolsista de Iniciação Científica CNPQ/INCT
Observatório de Capacidades Militares e Políticas de Defesa.

Contato: ber.adss285@gmail.com

No dia 26 de dezembro de 2025, foi publicada no site da Al Jazeera a notícia de que teria sido aprovado, no gabinete japonês, um orçamento de defesa de 9 trilhões de ienes, um recorde nacional de gastos nesse setor¹. Esse valor representa um marco histórico nos conflitos internos causados pela tensão entre o seu discurso pacifista consagrado pela Constituição de 1947 e as ações japonesas diante das tensões no seu entorno estratégico, representadas principalmente pela China e pela Coreia do Norte.

No período pré-Segunda Guerra, o Japão pode ser considerado como um dos atores mais proeminentes do período. Após a Restauração Meiji, em 1868, que transformou o Japão de um Estado semifechado em uma potência industrial e militar em menos de meio século, iniciou-se um grande período de expansão. Sua postura assertiva resultou em diversos conflitos com Estados vizinhos, como a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Alguns analistas, reforçam que essa expansão era sustentada por uma ideologia ultranacionalista que foi influenciada pela modernização ocidental e a expansão europeia no mundo; além de também ter influência pela tradição militar do país, tornando o Japão imperial uma força disruptiva no Leste Asiático.²

Com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial, a sociedade japonesa foi profundamente abalada pela destruição do conflito, que teve como maior manifestação a detonação das duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, tornando o Japão o único Estado a ter sido atacado por essa tecnologia até os dias atuais. A subsequente ocupação aliada (1945-1952), comandada pelo general Douglas MacArthur, não apenas reorganizou as instituições políticas japonesas, mas criou as condições para uma reorientação profunda de sua identidade estratégica.³

1 AP; NEWS AGENCIES. Japan gov't greenlights record \$58bn defence budget amid regional tension. **Al Jazeera**, [S. l.], 26 dez. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/12/26/japan-govt-greenlights-record-58bn-defence-budget-amid-regional-tension>. Acesso em: 30 mar. 2026

2 JAPAN SOCIETY. **Imperial Japan 1894-1945**. Japan Society, 2023. Disponível em: <https://japansociety.org/news/imperial-japan-1894-1945/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

3 JAPAN SOCIETY. **The Allied Occupation of Japan**. Japan Society, 2023. Disponível em: <https://japansociety.org/news/the-allied-occupation-of-japan/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

O militarismo foi desmantelado institucionalmente, suas forças armadas foram praticamente dissolvidas, suas lideranças militares julgadas, novos mecanismos trouxeram elementos constituintes sobre paz, como a já mencionada Constituição. Em relação à Constituição, cabe destacar o Artigo 9º que afirma que:

aspirando sinceramente a uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como direito soberano da nação, bem como à ameaça ou ao uso da força como meio de solução de controvérsias internacionais. Com o objetivo de alcançar o fim declarado no parágrafo anterior, não serão mantidas forças de guerra terrestres, navais e aéreas, bem como qualquer outro potencial de guerra. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido. (Constituição do Japão, 1947, tradução livre)⁴.

Mais do que uma restrição legal, o artigo tornou-se um pilar da identidade nacional japonesa no pós-guerra, algo que ao longo do final do século XX e início do século XXI tornou sua potencial revisão ou reinterpretação não apenas um debate jurídico, mas uma questão de disputa na sociedade. A destruição sofrida, culminando em Hiroshima e Nagasaki, gerou uma aversão genuína à guerra que se enraizou na sociedade japonesa.⁵

O advento da Guerra Fria, a eclosão da Guerra da Coreia e o reavivamento dos receios estadunidenses e japoneses envolvendo a China reforçaram a compreensão de que o Japão deveria possuir meios de se defender. Um dos efeitos desse processo foi justamente a necessidade de ampliação das capacidades japonesas, o que resultou na criação das Forças de Autodefesa do Japão (FAD)⁶. A criação da mesma envolveu diversos protestos no território japonês, que viam surgir a sombra da (re)militarização e potencialmente encontravam nas FAD uma inconsistência com os princípios constitucionais. Para que fosse possível a criação da FAD, o governo japonês criou diversas restrições para a mesma e também incumbiu a ela a tarefa de atuar em missões de ajuda em caso de desastres, algo que ajudou no aumento de sua popularidade⁷, e também garantiu que ela seria sujeita ao poder civil.⁸

A segunda metade do século XX foi especialmente marcada por essa tensão entre o discurso pacifista e os esforços de (re)militarização, servindo como exemplo ilustrativo de como o pacifismo constitucional não é estático, posto que comportou momentos de flexibilização e momentos de

4 JAPAN. The House of Representatives. **The Constitution of Japan**. Tokyo: The House of Representatives, 1946. Disponível em: https://www.shugiin.go.jp/internet/itdb_english.nsf/html/statics/english/constitution_e.htm. Acesso em: 13 maio 2026.

5 HARONIAN, Nathan. Help Wanted: Japan's Struggle to Remilitarize. **Brown Political Review**, Providence, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://brownpoliticalreview.org/help-wanted/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

6 JAPAN SOCIETY. **The Allied Occupation of Japan**. Japan Society, 2023. Disponível em: <https://japansociety.org/news/the-allied-occupation-of-japan/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

7 KIYOMIYA, RYO. Record high poll interest in SDF in wake of disaster relief efforts. **The Asahi Shimbun**, Tokyo, 10 jan. 2026. Disponível em: <https://www.asahi.com/ajw/articles/16277352>. Acesso em: 31 mar. 2026.

8 JAPAN. Ministry of Defense. **Overview of Japan's National Defense**. Tokyo: Japan Ministry of Defense, set. 2024. Disponível em: https://www.mod.go.jp/en/d_act/d_policy/index.html. Acesso em: 13 dez. 2025.

restrição. Se, por um lado, houve a já mencionada criação das Forças de Autodefesa em 1954, por outro, 1976 viu a imposição de um teto de gastos militares de 1% do PIB. Já em 1992, um marco de ruptura simbólica relevante foi o envio de tropas em missões de paz da ONU, operação revestida do discurso humanitário para dissociar-se da imagem de projeção militar. Tais movimentos evidenciam as profundas contradições que sempre permearam a postura estratégica japonesa.

No século XXI, são significativas as mudanças no posicionamento estratégico japonês. Tais mudanças mostram-se precipitadas pelo reavivamento de tensões regionais e pelo incremento das percepções de ameaça em seu entorno estratégico, representadas, sobretudo, pela Coreia do Norte, pela Rússia e, de forma mais significativa, pela ascensão da China. Por um longo período, o Japão esteve sob o "guarda-chuva" de segurança norte-americano⁹; contudo, diante do agravamento do ambiente estratégico regional, observa-se uma crescente disposição japonesa em ampliar suas capacidades de defesa. Esse processo de (re)militarização que ganhou fôlego durante o governo de Junichiro Koizumi (2001-2006) e força durante o segundo mandato de Shinzo Abe (2012-2020), foi aprofundado por Fumio Kishida (2021-2024) e agora é fortemente apoiado pela atual Primeira-ministra Sanae Takaichi, que possui uma postura alinhada à visão militarista e pró-EUA. Entretanto, o governo japonês tem enfrentado forte oposição civil em suas medidas de fortalecimento militar.¹⁰

Desde o período de criação da FAD, quaisquer medidas que remontassem ao passado militarizado enfrentariam fortes oposições tanto no cenário civil, com protestos populares, quanto no cenário político, em que determinados partidos usam o Artigo 9º para frear potenciais avanços. Nesse sentido, as mudanças ocorridas recentemente - que incluem, para além do aumento dos gastos, a própria mudança em 2014-2015 acerca da segurança coletiva - têm provocado uma reação ainda mais agressiva na oposição, como visto pela decisão dos partidos JCP (Partido Comunista Japonês) e SDP (Partido Social Democrata) de se unirem para contrabalançar as movimentações de Takaichi¹¹. Porém, essa oposição não tem mais aparecido apenas na forma de movimentações, mas, sim, na dificuldade que as FAD estão apresentando em se fortalecer, visto que os níveis de recrutamento têm sido consideravelmente menores do que o esperado nos últimos anos. Essas duas questões têm sido tão alarmantes que o governo japonês pretende lançar uma revisão da lei que determina os salários dos membros do Ministério de Defesa, de forma a impulsionar recrutamentos e diminuir o abandono de cargos.¹²

Alguns pesquisadores veem o pacifismo japonês como em uma fase de declínio, afirmando que o mesmo era mais sustentado por uma memória do sofrimento pós-Guerra do que por uma

9 Países que dependem, principalmente, das capacidades militares dos EUA e não das próprias são tidos como estando sob o "guarda-chuva" de segurança norte-americano

10 PRABOWO, Muhammad Arif. Japan's remilitarization struggle since the Shinzo Abe's leadership. **Journal of Global Strategic Studies**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 79-99, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36859/jgss.v3i1.1642>. Acesso em: 13 dez. 2025.

11 JCP and SDP confirm further cooperation to counter Takaichi gov't. **Japan Press Weekly**, Tokyo, 28 fev. 2026. Disponível em: <https://www.japan-press.co.jp/s/news/index.php?id=16172>. Acesso em: 30 mar. 2026.

12 YOMIURI SHIMBUN, The. Govt Aims to Raise Salaries for SDF Personnel with Law Revision to Encourage Them to Stay in Jobs. **The Japan News**, Tokyo, 7 nov. 2025. Politics, Defense & Security. Disponível em: <https://japan-news.yomiuri.co.jp/politics/defense-security/20251107-291376/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

consciência e reconhecimento do erro de seus atos passados.¹³ Pode-se considerar que, à medida que a geração que viveu diretamente o trauma de Hiroshima e Nagasaki se retira da vida pública, o pacifismo japonês perde parte de seu sustentáculo. O pacifismo passa a ser mediado por livros didáticos, monumentos e políticas de memória. Essa transição geracional pode ser um dos fatores mais determinantes para o futuro do Artigo 9º. Pesquisas de opinião, realizadas entre os meses de março e abril de 2023 pelo jornal Yomiuri Shimbun, que contaram com 3000 pessoas de todo o Japão, apresentaram que 51% dos entrevistados foram a favor e 44% foram contra possíveis revisões do Artigo 9º. Mesmo entre aqueles que apoiam essa revisão, a maioria afirma que ela deve ser completamente orientada à autodefesa.¹⁴

O discurso pacifista japonês, desde o seu início, tem sido marcado por contradições. Contradições essas que se revelam tanto na arena interna quanto na externa na contemporaneidade, pois, pelo lado nacional, vê-se uma forte divisão entre aqueles que buscam a militarização, como a própria PM Takaichi, e aqueles em que o discurso pacifista se enraizou, representados pelo JCP e pelo SDP. No plano internacional, destaca-se a influência paradoxal dos Estados Unidos: atores centrais na imposição do discurso pacifista no pós-guerra são hoje os principais promotores do projeto de (re)militarização japonesa. Essas tensões que marcam a história do Japão há quase um século são uma das principais razões para a incerteza quanto ao futuro da política estratégica japonesa.

13 CAI, Yuan. The Rise and Decline of Japanese Pacifism. **New Voices**, Adelaide, v. 2, p. 179-200, dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21159/nv.02.09>. Acesso em: 13 dez. 2025.

14 YOMIURI SHIMBUN, The. Yomiuri poll: 61% support constitutional revision. **The Japan News**, Tokyo, 3 maio 2023. Disponível em: <https://japannews.yomiuri.co.jp/politics/politics-government/20230503-107407/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **Filipinas e os exercícios militares conjuntos como indicador de alinhamento**

Autor: **Nicolas Lopes Whately**

Graduando em Relações Internacionais na UERJ, bolsista de Iniciação Científica UERJ/CNPQ

Contato: nicolaswhately@gmail.com

Nos últimos anos, a geografia militar do Sudeste Asiático sofreu uma alteração visível. Quem observa as recentes manobras nas Filipinas nota que os exercícios militares, antes focados no combate ao terrorismo nas selvas do sul, deslocaram-se para o norte, abrangendo as ilhas Batanes e o litoral de Luzon, regiões estrategicamente voltadas para Taiwan e para o disputado Mar do Sul da China.

Um acontecimento importante para essa virada foi o cerco de Marawi em 2017, no qual, após cinco meses de batalha contra o Estado Islâmico, o exército filipino saiu vitorioso. A conclusão militar foi de que a nova ocorrência de uma batalha urbana dessa magnitude é improvável em Mindanao, pois Marawi representava uma “tempestade perfeita” dada a infraestrutura defensável, contando com um ambiente urbano denso e fortificado, já conhecido pelos combatentes, esconderijos de armas e outros suprimentos pré-posicionados.¹ Por conta disso, após essa vitória interna e a redução da possibilidade de novos acontecimentos, as Forças Armadas puderam passar por uma virada de chave e focar nas fronteiras e disputas de território.

Por outro lado, o tema das disputas territoriais ganhou centralidade em face da construção de ilhas artificiais por parte da China a partir de 2013.² Nesse contexto, o exercício anual Balikatan, iniciado em 1991³, entre Manila e Washington, é historicamente um treino de rotina que evoluiu em escala e complexidade, transformando-se em uma das maiores demonstrações de interoperabilidade militar da história recente da região. Ele inclui simulações de combate em cenários urbanos, exercícios aéreos, terrestres, marítimos e cibernéticos, bem como exercícios de defesa costeira e exercícios conjuntos de fogo real.⁴

1 FRANCO, Joseph. **The Battle for Marawi: Urban Warfare Lessons for the AFP**. [S. l.]: Security Reform Initiative (SRI), 2017.

2 ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **China Island Tracker**. Washington, DC: AMTI, [s.d.]. Disponível em: <https://amti.csis.org/island-tracker/china/>. Acesso em: 5 abr. 2026.

3 UNITED STATES, The. U.S. Embassy in the Philippines. **AFP, U.S. Military Hold Balikatan Exercise Under Strict Health Protocol**. Manila: U.S. Embassy in the Philippines, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://ph.usembassy.gov/afp-u-s-military-hold-balikatan-exercise-under-strict-health-protocol/>. Acesso em: 5 abr. 2026.

4 UNITED STATES, The. U.S. Marine Corps Forces, Pacific. **Philippines and U.S. conclude Balikatan exercises, shoulder-to-shoulder**. Quezon City: U.S. Marine Corps Forces, Pacific, 10 maio 2024. Stories. Disponível em: <https://www.marforpac.marines.mil/Media-Room/Pacific-Marines-Stories/Article/Article/3771258/philippines-and-us-conclude-balikatan-exercises-shoulder-to-shoulder/>. Acesso em: 13 dez. 2025.

Essa mudança de coordenadas não é acidental. Ela tem raízes na década de 1990, mas ganha impulso institucional no governo Aquino (2010–2016), sendo desacelerada — embora não revertida em termos estruturais — no governo Duterte (2016–2022), que optou por uma aproximação retórica com Pequim, mantendo, contudo, os acordos de defesa vigentes. Entretanto, é na administração de Ferdinand Marcos Jr. (2022–atualidade) que as Filipinas intensificam a transição profunda em sua doutrina de segurança nacional.⁵ O país deixou de priorizar exclusivamente suas insurgências internas para adotar uma postura de defesa territorial diante de ameaças externas. Logo, argumenta-se que este movimento ocorre em resposta direta às crescentes tensões marítimas e à assertividade chinesa em águas que Manila reivindica como suas, materializada em episódios concretos como os confrontos no Recife Thomas (Ayungin Shoal) a partir de 2024⁶. O que antes era uma postura de ambiguidade estratégica e aproximação com Pequim, característica da gestão anterior, deu lugar a um pragmatismo defensivo urgente.

Portanto, para compreender o atual posicionamento geopolítico das Filipinas, não basta olhar para os comunicados diplomáticos oficiais; é preciso analisar os mapas das manobras militares. Os exercícios conjuntos funcionam hoje como o indicador mais fiel do alinhamento de Manila. Mais do que preparação técnica, essas operações com os Estados Unidos e, crescentemente, com outros parceiros, como o Japão, que assinou um Acordo de Acesso Recíproco, e a Austrália, com o exercício Alon⁷, sinalizam uma escolha política clara: a integração das Filipinas à arquitetura de segurança ocidental no Indo-Pacífico, potencialmente redefinindo o equilíbrio de poder na Ásia.

Segundo Renato Cruz de Castro, as Filipinas implementaram o "Conceito de Defesa Arquipelágica Abrangente" (CADC), passando a defender não apenas a costa, mas também toda a sua Zona Econômica Exclusiva. A partir da "política de balanceamento renovada", que consiste no uso de parcerias internacionais, alianças estratégicas e acordos econômicos com outras nações para contrabalançar a expansão marítima da China e fortalecer a capacidade militar filipina, o país abriu suas bases para aliados. O objetivo é demonstrar que Manila conta com apoio internacional para se defender em suas disputas territoriais.⁸

Para viabilizar essa defesa, as Filipinas buscam tanto a compra de equipamentos quanto a celebração de novos acordos militares. Recentemente, o país firmou pactos (Acordo de Status de Forças Visitantes) com o Japão e o Canadá para permitir a presença de tropas estrangeiras em seu solo.⁹ Essa estratégia serve um duplo propósito: sinalizar dissuasão aos rivais e promover o intercâmbio técnico e operacional entre as Forças Armadas.

5 DE CASTRO, Renato Cruz. **Strategic Shift in Philippine Defense**: From the Aquino to the Marcos Administration. Potsdam-Babelsberg: Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit, 2024.

6 ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. **Shifting Tactics at Second Thomas Shoal**. [S. l.]: AMTI, [s.d.]. Disponível em: <https://amti.csis.org/shifting-tactics-at-second-thomaszshoal/#:~:text=Though%20te-si-ons%20have%20been%20growing,on%20July%2027%20without%20incident>. Acesso em: 5 abr. 2026.

7 AUSTRALIA. Department of Defence. **Exercises Alon**. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/defence-activities/exercises/alon>. Acesso em: 5 abr. 2026.

8 DE CASTRO, Renato Cruz. **Strategic Shift in Philippine Defense**: From the Aquino to the Marcos Administration. Potsdam-Babelsberg: Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit, 2024.

9 THE ASSOCIATED PRESS. Canada, Philippines sign defence pact to deter Beijing in South China Sea. **Al Jazeera**, [S. l.], 2 nov. 2025. News. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/11/2/canada-philippines-sign-defence-pact-to-deter-beijing-in-south-china-sea>. Acesso em: 13 dez. 2025.

É neste cenário que podemos utilizar os múltiplos exercícios militares conjuntos que o país promove como uma forma de entender o alinhamento com outros países, da região e de fora, afinal, nações não compartilham seus códigos de comunicação, táticas de combate e tecnologias sensíveis com parceiros em quem não confiam plenamente, e é neste ponto que o alinhamento se mostra real. Para ilustrar essa tese, basta observar a natureza das simulações realizadas no último Balikatan.¹⁰ Diferentemente do passado, quando o foco era o contraterrorismo e insurgências internas, as manobras recentes incluíram a simulação de afundamento de navios inimigos com armamento de precisão de longo alcance e ataques aéreos coordenados. O cenário não é sutil: treina-se abertamente para negar o mar diante de uma força invasora convencional.

Além da complexidade tática, a diversificação dos participantes é outro indicador muito relevante. O alinhamento das Filipinas deixou de ser um eixo bilateral exclusivo com os EUA para se tornar uma "teia" de segurança multilateral. A inclusão de observadores e tropas ativas do Japão e da Austrália^{11 12} (além do interesse crescente de outros países como a França¹³) nos exercícios transformou as águas filipinas em um ponto de encontro entre diversas potências da região. Isso cria um dilema estratégico para os rivais regionais, em especial para a China. Se antes o cálculo de risco envolvia apenas pressionar um vizinho militarmente mais fraco, hoje qualquer agressão nas zonas de exercício corre o risco de envolver ativos e pessoal de múltiplas potências globais.

Em última análise, os exercícios militares conjuntos atuam como uma espécie de demonstração de força, institucionalizando a presença aliada no território. Diante disso, infere-se que, apesar de possuir uma retórica ambígua em relação à China, sem declará-la como adversária, o que se extrai da movimentação militar das Filipinas, seja por meio de acordos ou de exercícios conjuntos, é um alinhamento contundente com os Estados Unidos e seus aliados na região.

-
- 10 UNITED STATES, The. U.S. Marine Corps Forces, Pacific. **Philippines and U.S. conclude Balikatan exercises, shoulder-to-shoulder**. Quezon City: U.S. Marine Corps Forces, Pacific, 10 maio 2024. Stories. Disponível em: <https://www.marforpac.marines.mil/Media-Room/Pacific-Marines-Stories/Article/Article/3771258/philippines-and-us-conclude-balikatan-exercises-shoulder-to-shoulder/>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- 11 ANDRIYANTO, Kristoforus Evan et al. The Philippines United States Japan Australia Defense Diplomacy Through "The Squad": Actor, Process and Issue. **International Journal of Applied and Advanced Multidisciplinary Research (IJAAMR)**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 811-822, nov. 2024.
- 12 ASIA MEDIA CENTRE. **Philippines & Australia: A New Defence Pact**. [S. l.]: Asia Media Centre, 2025. News. Disponível em: <https://www.asiamediacentre.org.nz/philippines-australia-a-new-defence-pact>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- 13 O interesse francês em fazer parte dessa teia de alinhamentos se justifica pela presença do seus territórios ultramarinos nessa região, como a Polinésia Francesa e a Nova Caledônia.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **Exercícios militares na região de Taiwan: a diplomacia coercitiva da China e os interesses estratégicos sino-americanos**

Autor: **Evelyn Barbosa**

Graduanda em Relações Internacionais na UERJ, pesquisadora voluntária no LabSEG

Contato: evelynbarbosa315@gmail.com

Desde a fundação da República Popular da China, em 1949, e a retirada do governo nacionalista do Kuomintang para Taiwan após a guerra civil chinesa, Pequim reivindica a ilha como parte integrante de seu território soberano. Na perspectiva oficial chinesa, o processo de reunificação é apresentado como inevitável e deve ser conduzido sob o princípio de "um país, dois sistemas", modelo anteriormente aplicado em Hong Kong e Macau. O objetivo declarado da China em relação a Taiwan tem sido pôr fim à sua autonomia política e integrá-la à República Popular da China de forma efetiva.¹

Na última década e meia, a China desenvolveu simultaneamente tanto o seu poder de atração quanto o poder coercitivo, em busca de enfraquecer o movimento separatista de Taiwan, composto por partidos e grupos políticos pró-soberania taiwanesa, e com o intuito de realizar a unificação política de ambas as "Chinas". Nesse contexto, as manobras de poder por meio da cooptação consistiam em esforços econômicos e políticos empreendidos com o intuito de atrair o apoio de diversos grupos taiwaneses, especialmente o empresariado e os partidos opositores, ao projeto de "Uma China". A coerção, por outro lado, referia-se a estratégias tanto por meio da dissuasão militar quanto do uso da influência diplomática contra Taiwan.²

Este texto analisa por que a China, mesmo dispondo de capacidades militares significativamente superiores às de Taiwan em áreas como tecnologia de mísseis, armas nucleares e inteligência artificial, tem preferido recorrer à diplomacia coercitiva em vez de adotar medidas mais diretas para avançar seu objetivo de reunificação. Essa diplomacia coercitiva manifesta-se sobretudo na realização de exercícios militares na região de Taiwan, que funcionam como instrumento de pressão e dissuasão, sem configurar um conflito aberto. A questão central, portanto, é entender o que leva um ator com superioridade militar a preferir a coerção gradual à ação direta?

1 BUSH, R. **From persuasion to coercion**: Beijing's approach to Taiwan and Taiwan's response. [S. l.]: Global China, 2019. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/11/FP_20191120_beijing_taiwan_bush.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

2 WUTHNOW, J. The integration of cooptation and coercion: China's Taiwan strategy since 2001. **East Asia**, [S. l.], v. 23, p. 22–45, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12140-006-0008>. Acesso em: 15 mar. 2026.

Os exercícios militares realizados pela China no entorno de Taiwan remontam a décadas desde a ocorrência do movimento separatista, prática que se tornou cada vez mais frequente ao longo dos anos, assumindo maior envergadura em 2024 após a eleição de Lai Ching-Te como presidente da República da China (ROC). Afiliado e com longa carreira na ala mais radical do Partido Democrático Progressista (DPP) da ilha, além de sua autodeterminação como “trabalhador prático pela independência de Taiwan”, Ching-Te passou a ser chamado pelo governo da China de “separatista perigoso”, “encrenqueiro” e “criador de guerra”, o que levou ao aumento das hostilidades³.

Mobilizando seu Exército, Marinha e Força Aérea e fazendo uso de munições reais, os exercícios militares realizados pela China no Estreito de Taiwan buscam paralelamente e paradoxalmente treinar suas tropas para o “Dia D”, isto é, uma eventual invasão à ilha, e promover uma reunificação forçada das duas regiões, incentivada por agressões situadas à uma “zona cinzenta”, pois dessa forma os ataques simulados não correspondem a uma guerra de fato, mas faz bem o seu papel de coerção.⁴

Seguindo alguns objetivos, os treinamentos conduzidos pelo Exército de Libertação Popular (ELP) primeiro simulam ataques de mísseis e bombardeios de precisão contra infraestruturas estratégicas de Taiwan, como portos e instalações de energia, com o objetivo de prejudicar os meios de abastecimento da ilha, levando ao esgotamento de seus recursos e impactando severamente na capacidade de subsistência dos taiwaneses.⁴

Uma vez estabelecido o caos social na ilha, a segunda ação simulada nos exercícios é um cerco a Taiwan, por meio de operações de bloqueio naval e aéreo, com o uso de navios de guerra, submarinos e aeronaves. Com esse tipo de treinamento, a China busca ensaiar a interrupção de linhas de abastecimento marítimo das quais Taiwan depende fortemente, visto que a ilha importa grande parte de seu combustível e alimentos, além de um eventual bloqueio representar impactos globais, tendo em vista que Taiwan é responsável pela fabricação de 90% dos semicondutores mais avançados do mundo e o Estreito constitui uma das rotas comerciais marítimas mais utilizadas globalmente.⁵

Após simular ataques a infraestruturas estratégicas, o bloqueio de insumos vitais e o treinamento para o isolamento da ilha, os exercícios simulam a parte mais complexa da invasão: o desembarque anfíbio. Em exercícios realizados em abril de 2025, intitulados “Trovão do Estreito 2025A”, a China testou novas pontes transportadas por barcas, que aumentam os pontos possíveis de desembarque na costa taiwanesa e permitem que as tropas cheguem mais rapidamente à terra firme,

3 GAN, Nectar. Quem é Lai Ching-te, o novo presidente de Taiwan? **CNN Brasil**, São Paulo, 13 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-lai-ching-te-o-novo-presidente-de-taiwan/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

4 THE ECONOMIST. Como exercícios militares da China são prenúncio de um bloqueio a Taiwan. **Estadão**, [S. l.], 04 maio 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/a-inconstancia-do-governo-trump-aumenta-a-ansiedade-da-ilha/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

5 THE ECONOMIST. Como exercícios militares da China são prenúncio de um bloqueio a Taiwan. **Estadão**, [S. l.], 04 maio 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/a-inconstancia-do-governo-trump-aumenta-a-ansiedade-da-ilha/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ampliando, dessa forma, a capacidade da China de projetar suas tropas a partir do mar e aumentando suas chances em um eventual ataque direto à ilha.⁶

Os Além do potencial coercitivo que os exercícios militares da China carregam por meio de demonstrações de força, bloqueios simulados e até mesmo cortes de cabos submarinos de comunicação, especialistas analisam que dificilmente as ações chinesas permanecerão na chamada "zona cinzenta". Pelo contrário, essas atividades fazem parte de uma campanha mais ampla de guerra cognitiva, que busca não apenas demonstrar a superioridade militar chinesa e desgastar o governo de Taiwan, mas também procura testar os limites da proteção norte-americana e induzir a liderança taiwanesa a aceitar a reunificação oficial sem necessitar de um escalonamento para um conflito armado direto.⁷

E Diante desse conjunto de pressões coercitivas, uma pergunta emerge: se a China dispõe de superioridade militar tão expressiva, o que a impede de avançar de forma mais contundente sobre Taiwan? A resposta passa por fatores que vão além da dimensão estritamente militar. Apesar das semelhanças idiomáticas, culturais e históricas entre os dois lados do Estreito, e de apenas 180 quilômetros separarem uma república democrática de 23 milhões de habitantes de um Estado comunista de 1,3 bilhão, Taiwan segue sem ser incorporada à China continental. Isso se deve, em grande medida, ao apoio estratégico dos EUA à ilha e aos interesses de Washington na manutenção da sua segurança, que combinam considerações geopolíticas com dependências econômicas, sobretudo no setor de semicondutores.

A aliança entre os EUA e Taiwan é um elemento central para compreender a dinâmica de segurança no Estreito e é marcada por uma ambiguidade estratégica que remonta ao final da década de 1970. Em 1979, Washington transferiu o reconhecimento diplomático oficial da ilha para Pequim, alinhando-se à política de "Uma Só China" e encerrando formalmente suas relações com Taipé.

Como consequência desse realinhamento diplomático, os EUA encerraram suas relações formais com Taiwan e passaram a reconhecer o governo de Pequim como o único representante legítimo da China. No entanto, essa mudança não significou o abandono de Taiwan. Os EUA permaneceram como principal parceiro estratégico da ilha, mantendo a venda de armamentos com base nos termos da Lei de Relações com Taiwan de 1979, instrumento que garante capacidade de autodefesa taiwanesa sem configurar formalmente uma aliança militar. Essa aliança política entre EUA e Taiwan permanece até os dias de hoje, com Washington fornecendo ajuda militar robusta e frequente à ilha, evidenciado pelas encomendas que ultrapassam atualmente cerca de U\$ 30 bilhões em equipamento militares dos EUA feitas por Taiwan, número que inclui diferentes pacotes de vendas aprovadas ao longo dos últimos anos, como sistemas de foguetes HIMARS, mísseis Javelin, obuseiros autopropulsados, drones militares e softwares de comando e controle, além de contratos maiores que

6 JORNAL NACIONAL. Exercícios militares da China para simular cerco a Taiwan reacendem risco de mais uma guerra. **G1**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/12/29/exercicios-militares-da-china-para-simular-cerco-a-taiwan-reacendem-risco-de-mais-uma-guerra.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2026.

7 THE ECONOMIST. Como exercícios militares da China são prenúncio de um bloqueio a Taiwan. **Estadão**, [S. l.], 04 maio 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/a-inconstancia-do-governo-trump-aumenta-a-ansiedade-da-ilha/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

incluem caças F-16V e outros equipamentos de defesa, assim como novos acordos militares sendo negociados continuamente entre os dois países.⁸

Uma vez observado o empenho dos EUA em fortalecer militarmente Taiwan, não passam despercebidos os interesses que Washington possui na manutenção da segurança da ilha frente às investidas da China. O território taiwanês tem grande importância estratégica, pois, a partir dele, podem ser observadas as movimentações de todos os navios e aviões militares chineses no Pacífico, além de sua localização ser considerada fundamental para a contenção da projeção militar chinesa na região. Contudo, os interesses norte-americanos em relação à segurança de Taiwan não se limitam ao campo militar e geopolítico. A ilha também ocupa posição central no mercado tecnológico global, especialmente na fabricação de semicondutores avançados, fonte de grande interesse não apenas dos EUA, mas também da China.

Taiwan, cuja expertise tecnológica tornou-a um dos principais pilares da economia global atual, é a maior potência na produção de chips de alta performance, cuja utilização serve a múltiplos fins. Dessa forma, com Taiwan tendo se tornado essencial para a rede produtiva internacional de produtos como laptops, placas de computador e equipamentos de rede, China e EUA, as maiores economias do mundo atualmente, também se veem em certo grau dependentes economicamente de Taiwan, criando assim um “escudo de silício” em torno da ilha frente à uma invasão inimiga, visto que, uma ação militar mais contundente na região impactaria negativamente todas as partes mutuamente.⁹

Nesse cenário, tem-se visto uma China tentando impulsionar sua “autossuficiência”, reduzindo sua dependência de chips importados por meio da fabricação de seus próprios chips, meta que não poderá ser alcançada nas próximas décadas, pois ainda permanece muito dependente de tecnologia estrangeira, e os EUA em busca de fundar suas próprias fábricas de chips no Arizona. Diante dessa busca pela redução da dependência dos semicondutores de Taiwan, a dinâmica China-Taiwan-EUA torna-se ainda mais incerta, com Taiwan sendo, simultaneamente, um espaço estrategicamente vulnerável diante do projeto revisionista chinês e da incerteza quanto ao apoio dos EUA, e tecnologicamente estratégico para a economia global.⁹

8 TAIWAN SECURITY MONITOR. **Taiwan Arms Sale Backlog, December 2025 Update**. [S. l.]: TSM, dez. 2025. Disponível em: <https://tsm.schar.gmu.edu/taiwan-arms-sale-backlog-december-2025-update/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

9 AMARAL, Alberto do. A importância política, estratégica e econômica de Taiwan. [S. l.]: **Jornal Da USP**, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/a-importancia-politica-estrategica-e-economica-de-taiwan/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **Nova Doutrina Nuclear Russa**

Autor: **Thyago Henriques Lessa de Vasconcellos Antunes**

Graduado em Relações Internacionais pela UERJ, bolsista de Iniciação Científica FAPERJ

Contato: thyago.lessa.antunes@yandex.ru

No dia 19 de novembro de 2024, o presidente da Federação Russa Vladimir Putin (1999-2008, 2012) promulgou a nova doutrina nuclear russa.¹ O novo documento traz mudanças relevantes em relação à versão anterior, publicada em 2020, e prevê novos cenários que ensejariam o uso de armas nucleares. O objetivo deste breve texto consiste em analisar essas mudanças.

Em 25 de setembro de 2024, o Conselho de Segurança da Federação Russa se reuniu para discutir a possibilidade de atualizar a velha doutrina nuclear russa de 2020 de modo a flexibilizá-la. A reunião se deu em um contexto em que EUA e aliados da OTAN discutiam a possibilidade de permitir que Kyiv utilizasse armas ocidentais para atingir dentro do território russo. Destarte, a reunião representou uma tentativa por parte da Federação Russa de dissuadir os países da OTAN de conceder o referido aval.²

Não obstante, no dia 18 de novembro de 2024, o presidente Biden autorizou Zelenskyy a utilizar mísseis ATACMS fabricados pelos EUA para atacar a região russa de Kursk.³ A resposta veio no dia seguinte, 19 de novembro, quando o presidente Vladimir Putin promulgou a nova doutrina nuclear. Ainda assim, no dia 20 de novembro, a Ucrânia atacou a região russa de Bryansk com mísseis ATACMS estadunidenses.⁴ Em resposta, não houve retaliação nuclear. Contudo, no dia 21 de

1 RÚSSIA. Kremlin. **Decreto do Presidente da Federação Russa de 19 de novembro de 2024, nº 991**: sobre a aprovação dos Fundamentos da Política Estatal da Federação Russa no Campo da Dissuasão Nuclear. Moscou: Kremlin, 19 nov. 2024. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/51312>. Acesso em: 19 mar. 2026.

2 RÚSSIA. Kremlin. **Meeting of the Security Council standing conference on nuclear deterrence**. Moscou: Kremlin, 25 set. 2024. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/75182>. Acesso em: 19 mar. 2026.

3 FAULCONBRIDGE, Guy; ANTONOV, Dmitry. EUA colocam 'lenha na fogueira' ao autorizar uso de mísseis pela Ucrânia, diz Kremlin. **UOL**, [S. l.], 18 nov. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/11/18/kremlin-diz-que-governo-biden-esta-intensificando-guerra-na-ucrania.htm>. Acesso em: 19 mar. 2026.

4 TASS - Russian News Agency. Atacms strikes on Bryansk Region sign West wants escalation – Lavrov. Moscou: **TASS**, 19 nov. 2026. Disponível em: <https://tass.com/politics/1874813>. Acesso em: 19 mar. 2026.

novembro, o presidente Vladimir Putin anunciou o teste dos novos mísseis hipersônicos de alcance intermediário *Oreshnik*, de capacidade nuclear, contra uma velha fábrica de armamentos em Dnipro.⁵

A doutrina nuclear russa é tipicamente dividida em quatro seções: (1) disposições gerais, (2) essência da dissuasão nuclear, (3) condições para o uso de armas nucleares por parte da Federação Russa, e (4) tarefas e funções dos órgãos federais, bem como de demais órgãos e organizações, para a concretização das políticas nacionais referentes à dissuasão nuclear. A quarta seção não sofreu nenhuma mudança. Sendo assim, neste documento só analisaremos as mudanças feitas às três primeiras seções, em especial à terceira, que trata especificamente das situações que ensejariam o uso de armas nucleares por parte da Federação Russa.

A primeira seção, que trata das disposições gerais, traz uma só mudança. Se, na versão de 2020, o texto exprimia que “a Federação Russa considera os armamentos nucleares exclusivamente como um meio dissuasório [...]”, o novo texto omite a palavra “exclusivamente”. A mudança dá a entender que a Federação Russa não abdica do direito ao chamado *first-strike*, ou seja, a Federação Russa estaria disposta a ser a primeira a empregar esse tipo de armamento em caso de um conflito armado. Nesse sentido, a política da Federação Russa difere da política da República Popular da China, por exemplo, que explicitamente abdica do direito ao *first-strike* em seu livro branco de 2019, com a ressalva de que Moscou, por conta de sua baixa profundidade estratégica, está mais vulnerável do que Beijing a ataques de grande escala com armas convencionais.⁶ Essa hipótese é corroborada ao analisar a terceira seção da nova doutrina nuclear russa, que trata das situações nas quais a Federação Russa consideraria o uso de armas nucleares. Essas incluem algumas situações que, de fato, não envolvem o uso de armas nucleares por parte de um Estado agressor.⁷

A segunda seção da doutrina nuclear russa, intitulada “essência da dissuasão nuclear”, refere-se aos objetivos da dissuasão nuclear. Aqui não deveriam estar listadas as condicionantes que ensejariam uma resposta nuclear, mas tão somente os objetivos da dissuasão. A seção sofreu muitas alterações. Sendo assim, concentrar-nos-emos aqui apenas nas mais relevantes.

A primeira cláusula dessa seção já existia na versão de 2020, apesar de ter sido deslocada ao início. Ela explica a que atores a dissuasão nuclear se dirige; a saber, “a potenciais adversários, sejam eles Estados ou coalisões (blocos, alianças) militares, que considerem a Federação Russa um adversário em potencial e que possuam armas nucleares e/ou outros tipos de armas de destruição em massa ou forças comuns com significativo poder de combate”. No entanto, a nova versão adiciona novo conteúdo a essa cláusula, segundo o qual a dissuasão nuclear se dirigiria também “a Estados que cederem o controle de seu espaço e/ou recursos territoriais, aéreos e/ou marítimos para o ensaio e a implementação de agressões contra a Federação Russa”.

5 AFP - Agence France-Presse. O que se sabe sobre o míssil hipersônico russo ‘Oreshnik’ lançado contra a Ucrânia. **UOL**, [S. l.], 22 nov. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/11/22/o-que-se-sabe-sobre-o-missil-hipersonico-russo-oreshnik-lancado-contra-a-ucrania.htm>. Acesso em: 19 mar. 2026.

6 CHINA, The People’s Republic of. The State Council Information Office. **China’s national defense in the new era**. Beijing: SCIO, 24 jul. 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em: 19 mar. 2026.

7 RÚSSIA. Kremlin. **Decreto do Presidente da Federação Russa de 2 de junho de 2020, nº 355**: Sobre os fundamentos da política estatal da Federação Russa no campo da dissuasão nuclear. Moscou: Kremlin, 02 jun. 2020. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/45562>. Acesso em: 19 mar. 2026.

A segunda cláusula é totalmente nova e estabelece que “a agressão de qualquer Estado que faça parte de uma coalizão (bloco, aliança) militar contra a Federação Russa e/ou seus aliados será considerada uma agressão da coalizão (bloco, aliança) como um todo”. Observa-se aqui o objetivo de dissuadir os países da OTAN de interferirem no conflito russo-ucraniano, bem como de dissuadir EUA, França ou Reino Unido de permitirem um ataque à Federação Russa por parte de outros membros da aliança, como os países bálticos ou a Polônia.

Já de acordo com a terceira cláusula, também nova, “qualquer agressão contra a Federação Russa e/ou seus aliados por parte de um Estado não nuclear com a participação ou apoio de um Estado nuclear será considerada uma agressão conjunta”. Essa cláusula parece referir-se à possibilidade de um ataque por parte da Ucrânia contra o território da Federação Russa com o apoio de qualquer uma das potências nucleares da OTAN, a saber, EUA, Reino Unido e França. Afinal de contas, ainda que a Ucrânia não faça parte da OTAN, a cláusula não especifica que o ataque deveria partir de um Estado-membro da aliança. Bastaria que o Estado agressor agisse com o respaldo de um Estado nuclear. É possível deduzir, portanto, o objetivo de dissuadir os EUA, Reino Unido e França de permitir que a Ucrânia atacasse o território russo com mísseis ATACMS, Storm Shadow ou SCALPS. No entanto, um dia após a nova doutrina nuclear ser promulgada, Bryansk foi atacada pela Ucrânia com mísseis ATACMS sob a chancela dos EUA.

Por fim, talvez a modificação mais relevante da segunda seção refira-se à cláusula que define os princípios da dissuasão nuclear. Dela foi excluído o inciso segundo o qual a Federação Russa se comprometia em cumprir com suas obrigações no campo do controle de armamentos. A exclusão vai ao encontro da decisão russa de suspender sua participação no Novo START em 21 de fevereiro de 2023.⁸ Ademais, o entendimento de que o regime de controle de armamentos não existe mais também foi expresso em pronunciamento feito no dia 21 de novembro de 2024, quando o presidente Vladimir Putin anunciou o uso do novo míssil hipersônico de alcance intermediário *Oreshnik*. Nesse pronunciamento, o presidente russo afirma que o regime de controle de armamentos teria sido desmontado pelos EUA, destacando em especial a denúncia unilateral ao Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário por parte do presidente Donald Trump (2017-21, 2025-) em 2019.⁹

A terceira seção é a mais relevante, uma vez que traz explicitamente as condicionantes para o uso de armas nucleares. Se o documento de 2020 apresentava quatro possibilidades, o novo documento traz uma a mais, totalizando cinco, e modifica outras duas. A tabela a seguir traz a comparação entre as doutrinas de 2020 e 2024. Os trechos destacados em negrito indicam novas adições.

8 REUTERS. Putin suspende acordo nuclear com os EUA; entenda o que é o Tratado New Start. **G1**, [S. l.], 21 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/02/21/putin-cancela-acordo-nuclear-com-os-eua-e-co-loca-misseis-nucleares-em-servico-de-combate.ghml>. Acesso em: 19 mar. 2026.

9 RÚSSIA. Kremlin. **Statement by the President of the Russian Federation**. Moscou: Kremlin, 21 nov. 2024. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/75614>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Tabela 1: comparação entre as doutrinas russas de 2020 e 2024.¹⁰

Doutrina nuclear de 2020	Doutrina nuclear de 2024
a) o recebimento de dados <u>confiáveis</u> acerca do lançamento de mísseis balísticos contra o território da Federação Russa e/ou de seus aliados;	a) o recebimento de dados <u>fidedignos</u> acerca do lançamento de mísseis balísticos contra o território da Federação Russa e/ou de seus aliados;
b) o uso de armas nucleares ou de outros tipos de arma de destruição em massa por parte de adversários contra o território da Federação Russa e/ou de seus aliados;	b) o uso de armas nucleares ou de outros tipos de arma de destruição em massa por parte de adversários contra o território da Federação Russa e/ou de seus aliados, contra formações militares e/ou instalações da Federação Russa fora de seu território;
c) ataques inimigos contra instalações governamentais ou militares fundamentais da Federação Russa, cuja interrupção abalaria a possibilidade de resposta por parte das forças nucleares;	c) ataques inimigos contra instalações governamentais ou militares fundamentais da Federação Russa, cuja interrupção abalaria a possibilidade de resposta por parte das forças nucleares;
d) agressões contra a Federação Russa usando armas convencionais, quando colocarem a própria existência do Estado em risco;	d) agressões contra a Federação Russa e/ou a <u>República da Belarus</u> enquanto parte do Estado Aliado usando armas convencionais, as quais coloquem a <u>soberania</u> e/ou a <u>integridade territorial</u> de ambas em risco;
	e) o recebimento de dados fidedignos acerca do lançamento (decolagem) de armas aéreas ou espaciais (aeronaves estratégicas e táticas, mísseis de cruzeiro, veículos não tripulados, dispositivos hipersônicos ou outros dispositivos letais) e do cruzamento das fronteiras da Federação Russa por parte dos mesmos.

Como se pode ver, a primeira alteração diz respeito à inclusão da possibilidade de uma resposta nuclear em caso de um ataque usando armas nucleares ou armas de destruição em massa contra formações militares e/ou instalações da Federação Russa fora de seu território. O sintagma “fora de seu território” provavelmente foi incluído para não deixar dúvidas acerca da possibilidade de uma resposta nuclear em caso de ataque contra instalações e formações russas nos territórios em disputa na Ucrânia. No entanto, a condicionante não parece ser motivo para maiores preocupações visto que uma resposta nuclear só seria ensejada em caso de ataque com armas nucleares ou armas de destruição em massa.

Quanto ao item (d), este inclui alterações mais relevantes. Em primeiro lugar, ele menciona nominalmente um ataque convencional contra a República da Belarus. Em segundo lugar, se antes, como condicionante para o uso de armas nucleares em caso de agressão com armas convencionais citava-se uma ameaça à própria existência do Estado, essa é substituída agora por um risco à soberania ou à integridade territorial da Federação Russa e da Belarus. Desse modo, como atualmente a Federação Russa considera parte de seu território as Repúblicas de Donetsk, Lugansk e Crimeia, bem

10 SARADZHYAN, Simon. New principles of Russia’s nuclear deterrence liberalize conditions for use, unsurprisingly. **Russia Matters**, [S. l.], 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/blog/new-principles-russias-nuclear-deterrence-liberalize-conditions-use-unsurprisingly>. Acesso em: 19 mar. 2026.

como as regiões autônomas de Zaporizhia e Kherson, conclui-se que o risco de tomada desses territórios por parte da Ucrânia poderia ensejar uma resposta nuclear por parte da Federação Russa. É o que pensa Ivan Arreguín-Toft, editor do periódico *Russia Matters*.¹¹

O item (e), completamente novo, também é bastante significativo, uma vez que traz uma lista de armamentos convencionais que, se usados contra a Federação Russa, ensejariam uma resposta nuclear. Um problema que deve ser salientado é que essa lista menciona ambigualmente “outros dispositivos letais”, deixando a interpretação aberta.

Outra mudança importante nessa seção diz respeito à inclusão de uma cláusula que especifica que a decisão de usar armas nucleares é de competência do presidente da República. A informação, contudo, reproduz o mesmo conteúdo presente na doutrina militar, não introduzindo, portanto, nenhuma novidade.

No que diz respeito à repercussão, no geral, figuras proeminentes da Federação Russa expressaram esperar que as autoridades do Ocidente Coletivo levem a nova doutrina a sério. Foi o caso do Ministro das Relações Exteriores Serguei Lavrov, que afirmou explicitamente: “espero que elas [as autoridades ocidentais] leiam a doutrina”. O vice-Ministro das Relações Exteriores Serguei Ryabkov reforçou: “agora, o risco de um confronto armado direto entre potências nucleares não pode mais ser subestimado”. O Coronel Mikhail Khodarenok sublinha a importância do parágrafo 11: “a agressão de qualquer Estado que faça parte de uma coalisão (bloco, aliança) militar contra a Federação Russa e/ou seus aliados será considerada uma agressão da coalisão (bloco, aliança) como um todo”. Dmitry Medvedev, vice-presidente do Conselho de Segurança da Federação Russa, também parece chamar atenção ao referido parágrafo quando afirma que: “o uso de mísseis da aliança [OTAN] agora pode ser qualificado como uma agressão contra a Rússia por partes dos países do bloco”.

No Ocidente, as reações variaram, mas, em sua maioria, os especialistas minimizaram a publicação da nova doutrina. Foi o caso de William Alberque, ex-diretor de Estratégia, Tecnologia e Controle de Armamentos do Instituto Internacional para Estudos Estratégicos, para quem o documento “está mais para uma peça de propaganda do que para uma doutrina de verdade”. Alguns, como o professor de Harvard Matthew Bunn caracterizaram o novo documento como um mero “exercício de sinalização”. Segundo ele:

É só um exercício de sinalização com a intenção de assustar o público na Europa — e, em menor grau, nos EUA — a fim de demovê-los de apoiar a Ucrânia. A probabilidade de que a Rússia venha a usar armas nucleares no curto prazo permanece igual. A probabilidade de guerra nuclear no longo prazo cresceu um tiquinho.¹²

11 SARADZHYAN, Simon. New principles of Russia's nuclear deterrence liberalize conditions for use, unsurprisingly. **Russia Matters**, [S. l.], 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/blog/new-principles-russias-nuclear-deterrence-liberalize-conditions-use-unsurprisingly>. Acesso em: 19 mar. 2026.

12 SARADZHYAN, Simon. New principles of Russia's nuclear deterrence liberalize conditions for use, unsurprisingly. **Russia Matters**, [S. l.], 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/blog/new-principles-russias-nuclear-deterrence-liberalize-conditions-use-unsurprisingly>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Conclusão

A nova doutrina nuclear russa foi promulgada em um contexto de crescimento das hostilidades entre a Federação Russa e a OTAN. O documento especifica cinco condições em que a Federação Russa se sentiria no direito de utilizar armas nucleares, ainda que sua utilização não seja automática satisfeitas essas condições. O objetivo da Federação Russa em flexibilizar sua doutrina nuclear pareceu uma resposta às ponderações, em especial de EUA, França e Reino Unido, sobre a possibilidade de permitir à Ucrânia que utilizasse seus armamentos para atacar dentro do território russo. Ainda que, em última análise, o aval tenha sido dado, a Federação Russa optou por revelar seu novo míssil hipersônico de alcance intermediário *Oreshnik*, com capacidade para portar ogivas nucleares, em vez de efetivamente dar uma resposta nuclear. O mais provável é que o país esteja sinalizando contra novas escaladas com o objetivo de garantir sua situação favorável no campo de batalha.

No entanto, é inegável que a guerra na Ucrânia vem escalando pouco a pouco ao longo do tempo. Cada nova escalada pode parecer pequena no curto prazo, mas no longo prazo pode ser fatal. É necessário investir em negociações que levem em conta a preocupação de todos os lados do diálogo. Enquanto ambos os lados continuarem minimizando as ameaças um do outro, a escalada vai continuar.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Linha de Pesquisa: **Política de defesa e modernização militar**

Título: **As dinâmicas de alinhamento da Rússia em 2025: uma retrospectiva**

Autor: **Thyago Henriques Lessa de Vasconcellos Antunes**

Graduado em Relações Internacionais pela UERJ, bolsista de Iniciação Científica FAPERJ

Contato: thyago.lessa.antunes@yandex.ru

O ano de 2025 foi agitado para a Federação Russa. Por um lado, o país fortaleceu laços com a Índia, a China, a Coreia do Norte, o Irã e a Indonésia. Por outro lado, as relações com os EUA assumiram caráter ambíguo. Ao mesmo tempo em que buscou uma solução pacífica para a guerra na Ucrânia, o presidente estadunidense Donald Trump seguiu pressionando Moscou com novas sanções, inteligência e apoio militar a Kyiv. A União Europeia, por sua vez, aprovou quatro novos pacotes de sanções contra Moscou, inclusive sanções contra empresas indianas e chinesas. Nesta análise de conjuntura, far-se-á uma breve retrospectiva do ano de 2025 para a Federação Russa, dedicando especial atenção às dinâmicas de alinhamento desse país.

A Indonésia, que se tornou membro pleno do BRICS+ em janeiro, vem intensificando os laços com Moscou desde a eleição de Prabowo Subianto. O presidente indonésio visitou a Rússia em junho, quando assinou uma declaração de parceria estratégica com Moscou.¹ Atualmente, Jacarta, que conta com um programa de modernização das Forças Armadas, negocia com Moscou o fortalecimento da cooperação em defesa, bem como a aquisição dos mísseis de cruzeiro binacionais russo-indianos BrahMos.² Subianto retornou à Rússia em dezembro, quando discutiu com Putin a cooperação nuclear bilateral, bem como a criação de uma zona de livre comércio entre a União Econômica Euroasiática (UEE) e a Indonésia.³

Com a Índia, as relações adensaram-se sobretudo após o presidente Trump impor uma tarifa de 25% sobre os produtos indianos em retaliação às importações de petróleo russo. Em resposta, Nova Délhi suspendeu seus planos de adquirir armamento estadunidense e adensou as já estreitas relações com Moscou.⁴ Na reunião da OCX realizada em Tianjin, Narendra Modi e Vladimir Putin

1 TASS - Russian News Agency. Russia, Indonesia to develop defense cooperation. Moscou: **TASS**, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/1874813>. Acesso em: 19 mar. 2026.

2 TASS - Russian News Agency. Three countries express interest in Brahmos Missiles. Moscou: **TASS**, 27 nov. 2025. Disponível em: <https://tass.com/defense/1878375>. Acesso em: 15 jan. 2026.

3 PUTIN se encontra com presidente da Indonésia. **RT Brasil**, [S. l.], 10 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/23993-putin-reune-presidente-indonesia/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

4 PATEL, Shivam; AHMED, Aftab. Índia suspende planos de comprar armas dos EUA após tarifas de TRUMP, diz Reuters. **UOL**, [S. l.], 08 ago. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2025/08/08/exclusivo-india-suspende-planos-de-comprar-armas-dos-eua-apos-tarifas-de-trump.htm>. Acesso em: 15 jan. 2026.

caminharam de mãos dadas pelos corredores. O primeiro-ministro indiano seguiu junto ao presidente russo na Aurus, a limusine oficial russa, para uma reunião bilateral entre ambos.⁵

Em dezembro, Putin visitou a Índia pela primeira vez desde a pandemia de Covid-19. Ao desembarcar, foi recebido pessoalmente por Modi. O indiano retribuiu o gesto do russo em Tianjin, e os mandatários seguiram juntos na limusine indiana para um jantar informal.⁶ Em reunião bilateral, discutiu-se a cooperação em defesa, bem como a entrega de novos lotes do sistema de defesa S-400, muito elogiado por Modi por ocasião das celebrações do Dia da Independência da Índia.⁷ Dentre os novos documentos, celebrou-se novo tratado para a cooperação russo-indiana no Ártico.⁸ Modi e Putin também assinaram uma declaração conjunta sobre a criação de uma zona de livre comércio entre a UEE e a Índia.⁹

No dia 9 de maio, a Rússia organizou um desfile militar para comemorar os 80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica contra a Alemanha nazista.¹⁰ Em gesto simbólico, Xi Jinping sentou-se ao lado direito de Vladimir Putin. Por ocasião da visita chinesa, assinaram-se 20 documentos bilaterais, entre eles uma declaração conjunta rogando o fim da pressão internacional sobre a Coreia do Norte e o fim da militarização do Nordeste asiático.¹¹ Também assinou-se uma declaração na qual roga-se às grandes potências que renunciem à mentalidade de Guerra Fria e engajem em relações construtivas em nome da estabilidade global.¹²

Em setembro, foi a vez de a China realizar um desfile militar para comemorar os 80 anos da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e o Fascismo. No evento, Xi Jinping, Vladimir Putin e Kim Jong-Un caminharam lado a lado para assumir seus respectivos

-
- 5 PIERSON, David; MASHAL, Mujib. De mãos dadas, Putin e Modi se juntam a Xi em sinal de unidade. **Folha de São Paulo**, [S. l.], 01 set. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/09/de-maos-dadas-putin-e-modi-se-juntam-a-xi-em-sinal-de-unidade-veja-video.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 6 VÍDEO: Modi cumprimenta Putin no aeroporto de Nova Delhi e eles partem no mesmo carro. **RT Brasil**, [S. l.], 04 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/video/23572-video-modi-cumprimenta-putin-aeroporto>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 7 TASS - Russian News Agency. Indian, Russia discuss S-400 deliveries in compressed time. Moscou: **TASS**, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://tass.com/world/1981851>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 8 DALY, John C. K. Russia and India formalize Arctic partnership. **Jamestown**, [S. l.], 13 jan. 2026. Disponível em: <https://jamestown.org/russia-and-india-formalize-arctic-partnership>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 9 TASS - Russian News Agency. Work underway to create free trade zone between India, EAEU – Putin. Moscou: **TASS**, 05 dez. 2025. Disponível em: <https://tass.com/economy/2054329>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 10 VILELA, Pedro Rafael. Na Rússia, Lula celebra 80 anos da vitória contra o nazismo. **Agência Brasil**, Brasília, 08 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-05/na-russia-lula-celebra-80-anos-da-vitoria-contra-o-nazismo>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 11 NEWS.AZ. Xi and Putin establish key new agreements, says Chinese FM spokesperson. **News.Az**, [S. l.], 09 maio 2025. Disponível em: <https://news.az/news/xi-and-putin-establish-key-new-agreements-says-chinese-fm-spokesperson>. Acesso em: 15 jan. 2026.
 - 12 RÚSSIA. Kremlin. **Joint statement by the Russian Federation and the People's Republic of China on Global Strategic Stability**. Moscou: Kremlin, 08 maio. 2024. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/6310>. Acesso em: 15 jan. 2026.

lugares junto à tribuna.¹³ Putin aproveitou a ocasião para criticar o revisionismo dos países ocidentais sobre a Segunda Guerra Mundial.¹⁴ A alta representante da União Europeia para Assuntos Exteriores e Política de Segurança Kaja Kallas chamou de “narrativa” a ideia de que Rússia e China teriam lutado contra o fascismo na referida guerra.¹⁵ Por ocasião da visita, assinaram-se 22 novos acordos de cooperação bilateral.¹⁶

A Rússia também adensou relações com a Coreia do Norte e o Irã. Nos termos do Tratado de Parceria Estratégica Abrangente, em vigor desde 2024, Pyongyang enviou combatentes norte-coreanos para ajudar na retomada e desminagem da província de Kursk.¹⁷ Já o Tratado de Parceria Estratégica Abrangente com o Irã entrou em vigor no dia 2 de outubro.¹⁸ No Conselho de Governadores da AIEA, China, Rússia e Burkina Faso votaram contra uma resolução segundo a qual o Irã estaria descumprindo com suas obrigações no âmbito do TNP.¹⁹ A resolução foi aprovada de todo modo e, na sequência, Israel atacou Teerã no dia 13 de julho. Em reunião do CSNU, Moscou e Beijing condenaram o ataque israelense. No dia 22 de junho, Washington bombardeou o Irã na operação *Midnight Hammer*. Moscou condenou a operação como violação flagrante do direito internacional.²⁰

Não obstante os esforços do presidente Trump para chegar à paz na Ucrânia, a escalada das tensões entre Rússia e OTAN prosseguiu. Ao longo dos anos, Trump vem se manifestando em contrário a guerras longas e custosas aos EUA. De fato, durante 20 anos, os EUA investiram em uma custosa guerra no Afeganistão sem conseguir efetuar uma mudança de regime no país. Nesse diapasão, a nova estratégia de segurança nacional estadunidense abdica das guerras prolongadas em favor de operações-relâmpago como instrumento de poder.²¹ Assim, Washington seria capaz de projetar poder no mundo inteiro sem o risco de incorrer no risco de uma superextensão imperial.

No dia 15 de agosto, Putin encontrou-se com Trump na Cúpula de Anchorage. O evento representou um marco por vários motivos. Foi a primeira vez que Putin visitou os EUA desde 2015.

-
- 13 AGÊNCIA BRASIL. China faz desfile do dia da vitória e promete desenvolvimento pacífico. **Agência Brasil**, Brasília, 03 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/china-faz-desfile-do-dia-da-vitoria-e-promete-desenvolvimento-pacifico>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 14 TASS - Russian News Agency. Western nations revise outcomes of World War II – Putin. Moscou: **TASS**, 29 ago. 2025. Disponível em: <https://tass.com/world/2009489>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 15 KAJA Kallas minimiza papel da Rússia e da China na luta contra o nazismo. **RT Brasil**, [S. l.], 05 set. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/18474-kaja-kallas-minimiza-papel-russia>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 16 TASS - Russian News Agency. Russia, China sign 22 cooperation agreements during Putin's visit to China. Moscou: **TASS**, 02 set. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/2010843>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 17 SOLDADOS da República Popular Democrática da Coreia ajudam na desminagem da província russa de Kursk. **RT Brasil**, [S. l.], 14 nov. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/22358-soldados-republica-popular-democratica-coreia-ajudam-desminar-provincia-kursk/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 18 TASS - Russian News Agency. Russia-Iran partnership treaty comes into effect – MFA. Moscou: **TASS**, 02 oct. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/2023987>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 19 TASS - Russian News Agency. IAEA board of governors passes anti-iranien revolution. Moscou: **TASS**, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/1972269>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 20 TASS - Russian News Agency. Attacks on iranian nuclear sites violate un charter, IAEA resolutions – Lavrov. Moscou: **TASS**, 24 jun. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/1980183>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 21 UNITED STATES, The. The White House. **National security strategy of the United States of America, 2025**. Washington, DC: The White House, nov. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Além disso, foi a primeira vez que um líder russo pisou no Alasca desde que o Imperador Alexandre II vendeu o território aos EUA em 1867. Salvo a desmilitarização, que não foi mencionada, as exigências russas para o fim do conflito continuaram as mesmas: cessão dos territórios disputados, não adesão da Ucrânia à OTAN e desnazificação do país.²²

Ao final de setembro, as forças armadas polonesas alegaram ter destruído drones russos no espaço aéreo polonês. Na sequência, uma série de Estados europeus começou a denunciar o que seria a violação de seu espaço aéreo. Moscou acusou esses países de tentar criar uma bandeira falsa para sabotar o processo de Anchorage. No fim das contas, o governo polonês admitiu que o míssil que atingiu uma residência polonesa, na verdade, tinha sido lançado por um caça F-16 do próprio exército polonês.²³ De um jeito ou de outro, em resposta, a OTAN anunciou a criação do novo escudo Sentinela Oriental, que contará com caças e fragatas de Alemanha, França, Dinamarca e Reino Unido.²⁴

No dia 21 de outubro, a Rússia testou o novo míssil de cruzeiro a propulsão nuclear *Burevestnik* com capacidade para transportar ogivas nucleares.²⁵ Poucos dias depois, testou o novo torpedo nuclear *Poseidon*, capaz de formar tsunamis e engolir regiões costeiras.²⁶ Diante dos testes exitosos dos novos armamentos russos, Trump ordenou que as forças armadas estadunidenses retomassem os testes nucleares. Em reunião do Conselho de Segurança da Rússia de 5 de novembro, tomou-se a decisão de avaliar a viabilidade para a retomada dos testes nucleares caso os EUA voltem a realizá-los.²⁷ Em meio a tudo isso, Washington testou o novo míssil balístico *Minuteman III*.²⁸

Em busca da paz na Ucrânia, Trump formulou um plano de paz de 28 pontos, que foi vazado pelo periódico *Axios*.²⁹ O referido plano prevê a presença dos EUA na Ucrânia e no Ártico. Os

-
- 22 JORNAL NACIONAL. No Alasca, Trump e Putin não chegam a acordo sobre guerra na Ucrânia: reunião ocorreu sem presença de Zelensky. **G1**, [S. l.], 15 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/08/15/no-alasca-trump-e-putin-nao-chegam-a-acordo-sobre-guerra-na-ucrania-reuniao-ocorreu-sem-presenca-de-zelensky.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 23 POLÔNIA admite que seu próprio míssil danificou casa no suposto incidente com drones russos. **RT Brasil**, [S. l.], 18 set. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/19212-polonia-proprio-missil-danificou-casa/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 24 O GLOBO. 'Sentinela Oriental': escudo anunciado pela otan promete 'blindar' fronteira entre Rússia e restante da Europa. **O Globo**, Bruxelas, 13 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/09/13/sentinela-oriental-escudo-anunciado-pela-otan-promete-blindar-fronteira-entre-russia-e-restante-da-europa.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 25 REDAÇÃO G1. Rússia testa novo míssil movido a energia nuclear, que Putin chama de 'arma invencível'. **G1**, [S. l.], 26 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/26/russia-testa-novo-missil-movido-a-energia-nuclear.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 26 REDAÇÃO G1. 'Torpedo do juízo final': conheça Poseidon, o míssil testado por Putin que pode causar 'tsunami' radioativo'. **G1**, [S. l.], 30 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/10/30/torpedo-do-juizo-final-conheca-poseidon-o-missil-testado-por-putin-que-pode-causar-tsunami-radioativo.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 27 'RETALIAÇÕES apropriadas': Vladimir Putin ordena avaliação da viabilidade de preparo para testes nucleares em larga escala. **RT Brasil**, [S. l.], 05 nov. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/21814-putin-discute-decisao-eua-testes-nucleares/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 28 EUA realizam teste com míssil balístico intercontinental Minuteman III. **RT Brasil**, [S. l.], 05 nov. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/21809-eua-realizam-teste-missil-intercontinental/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 29 RAVID, Barak; LAWLER, Dave. Trump's full 28-point Ukraine-Russia peace plan. **Axios**, [S. l.], 20 nov. 2025. Disponível em: <https://www.axios.com/2025/11/20/trump-ukraine-peace-plan-28-points-russia>. Acesso em: 15 jan. 2026.

europeus criticaram-no, sobretudo, por impedir a transferência dos ativos russos congelados à Ucrânia, por prever a diminuição das forças armadas ucranianas e pelo reconhecimento da soberania russa sobre as repúblicas da Crimeia, Donetsk e Lugansk e sobre parte das províncias de Kherson e Zaporozhie. Junto ao primeiro-ministro britânico Keir Starmer, ao presidente francês Emmanuel Macron e ao chanceler alemão Friedrich Merz, o presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy reduziu para 20 os pontos do plano de paz.³⁰

Em dezembro, os EUA publicaram sua nova estratégia de segurança nacional, que retira a Rússia da lista de ameaças diretas. O documento também inclui um apelo à cooperação com a Rússia em matéria de estabilidade estratégica. Esses dois pontos o Kremlin recebeu positivamente.³¹ No entanto, a porta-voz do MRE Maria Zakharova afirmou que a Rússia vê com preocupação o jargão conflituoso do documento em relação à China.³² O documento também traz dispositivos que preveem a presença estadunidense na Ásia-Pacífico. Para Dmitry Medvedev, ainda não é possível saber se a proposta constante no documento de que a Europa se torne mais independente em matéria de defesa terá um desdobramento positivo ou negativo. Por um lado, é possível que os europeus voltem a cooperar com a Rússia; por outro, é possível que expandam agressivamente suas capacidades militares contra Moscou.³³

Em mensagem natalina ao povo ucraniano, Volodymyr Zelenskyy desejou a morte de Vladimir Putin.³⁴ Poucos dias depois, Moscou acusou Kyiv de lançar um ataque com 91 drones contra a residência de Putin em Novgorod. O ataque, interceptado pelo sistema de defesa russo, teria valor meramente simbólico uma vez que Putin não frequenta a referida residência desde 2022. Em resposta, o Kremlin anunciou que revisará sua postura, embora não pretenda abandonar as negociações de paz.³⁵ O ataque foi condenado por China, Índia, EAU, Irã, Paquistão, Uzbequistão e Cazaquistão.³⁶

30 DE 28 a 20 pontos: Zelensky reduz plano de paz de Trump. **RT Brasil**, [S. l.], 09 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/23953-zelensky-reduz-pontos-plano-paz-trump>. Acesso em: 15 jan. 2026.

31 KREMLIN reage à nova estratégia de segurança dos Estados Unidos: ‘passo positivo’. **RT Brasil**, [S. l.], 7 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/23764-kremlin-reage-nova-estrategia-seguranca-eua>. Acesso em: 15 jan. 2026.

32 TASS - Russian News Agency. Russia alarmed by us rethoric on China in new security outlook – diplomat. Moscou: **TASS**, 08 dez. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/2055483>. Acesso em: 15 jan. 2026.

33 EX-PRESIDENTE russo diz que EUA ‘adestram’ a UE para reafirmar que são seu dono’. **RT Brasil**, [S. l.], 07 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/23790-eua-adestram-ue-diz-medvedev>. Acesso em: 15 jan. 2026.

34 BREZAR, Aleksandar. Zelenskyy deseja o desaparecimento de Putin no discurso da véspera de Natal. **Euronews**, [S. l.], 25 dez. 2025. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2025/12/25/zelenskyy-deseja-o-desaparecimento-de-putin-no-discurso-da-vespera-de-natal>. Acesso em: 15 jan. 2026.

35 REDAÇÃO G1. Por telefone, Putin diz a Trump que posição da Rússia sobre paz mudará após suposto ataque à residência presidencial em Moscou. **G1**, [S. l.], 29 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2025/12/29/putin-contou-sobre-ataque-a-sua-residencia-a-trump-que-ficou-chocado-diz-kremlin.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.

36 EMIRADOS ÁRABES condenam tentativa ucraniana de ataque contra residência de Putin: ‘deplorável’. **RT Brasil**, [S. l.], 29 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/25262-eau-condenam-tentativa-ataque-residencia-putin>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PAQUISTÃO condena tentativa de ataque ucraniano à residência de Putin. **RT Brasil**, [S. l.], 29 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/25273-paquistao-condena-tentativa-ataque-ucraniano>. Acesso em: 15 jan. 2026.

As tensões entre Moscou e Washington também se intensificaram no Ártico. Nos dias 26 e 27 de março, a Rússia realizou o VI Foro Internacional do Ártico em Murmansk. Em alusão às recentes declarações de Trump sobre a Groenlândia, Putin condenou o histórico imperialista dos EUA no Ártico. O mandatário russo exaltou a Frota Setentrional russa e asseverou: “o Ártico é nosso”.³⁷ Já no VI Foro para o Desenvolvimento Boreal Sustentável, realizado em Yakutsk, Sergei Lavrov reafirmou a prioridade russa em fortalecer a cooperação ártica com nações amigas de fora da região, sobretudo da Ásia-Pacífico.³⁸ De fato, a Doutrina de Política Externa da Rússia de 2024 prevê como um dos objetivos da Rússia no Ártico “estabelecer cooperação mutuamente vantajosa com Estados não árticos que persigam uma política construtiva com a Rússia”. O documento também prevê a abertura da Rota Marítima Boreal.³⁹ Em 2025, a marinha russa comissionou o primeiro quebra-gelo armado do mundo, batizado de Ivan Papanin, e o novo quebra-gelo nuclear Yakutiya, totalizando oito quebra-gelos nucleares em serviço.⁴⁰

Em suma, no ano de 2025, a Rússia fortaleceu laços com Índia, China, Irã, Coreia do Norte e, em menor grau, Indonésia. Apesar do interesse comum de chegar a uma solução pacífica para a Ucrânia, a rivalidade entre Washington e Moscou persiste. Como atesta a nova doutrina de segurança nacional estadunidense, hoje Washington busca o domínio global pelo recurso não mais a guerras prolongadas, mas sim a operações-relâmpago, como fez na operação *Midnight Hammer* contra o Irã. Os EUA e a Rússia também tendem a chocar-se em meio à disputa pelo Ártico, onde Moscou coopera com Beijing e Nova Délhi. Por outro lado, a Europa vem escalando a retórica contra Moscou.

NARENDRA Modi afirma estar ‘profundamente preocupado’ com tentativa de ataque ucraniano à residência de Putin. **RT Brasil**, [S. l.], 30 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/25274-primeiro-ministro-india-diz-profundamente>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CHINA comenta ataque de Kiev à residência de Putin. **RT Brasil**, [S. l.], 30 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/25283-china-comenta-ataque-kiev-residencia-putin>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRESIDENTE do Uzbequistão expressa ‘indignação’ pela tentativa de ataque ucraniano à residência de Putin. **RT Brasil**, [S. l.], 30 dez. 2025. <https://rtbrasil.com/noticias/25297-presidente-uzbeque-lamnete-ataque-putin>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CAZAQUISTÃO condena duramente tentativa ucraniana de atacar residência de Putin. **RT Brasil**, [S. l.], 30 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/25308-cazaquistao-condena-tentativa-ataque-ucraniano>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRESIDENTE do Irã condena ataque de Kiev à residência de Putin. **RT Brasil**, [S. l.], 30 dez. 2025. Disponível em: <https://rtbrasil.com/noticias/25312-ira-condena-ataque-kiev-putin/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

- 37 RÚSSIA. Kremlin. **The Arctic: territory of dialogue international forum**. Moscou: Kremlin, 27 mar. 2025. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/76554>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 38 TASS - Russian News Agency. Lavrov outlines Russia's arctic strategy, plans to partner with Asia-Pacific nations. Moscou: **TASS**, 27 nov. 2025. Disponível em: <https://tass.com/politics/2049833>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 39 RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Conceito de Política Externa da Federação Russa (aprovado pelo Presidente da Federação Russa, V. V. Putin, em 31 de março de 2023)**. Moscou: Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.mid.ru/ru/detail-material-page/1860586/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- 40 IVAN Papanin: quebra-gelo de combate que garantirá a supremacia da Rússia no Ártico. **Sputnik Brasil**, [S. l.], 08 set. 2025. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20250908/43029071.html>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- DAVIS, Anna J. Russia overextends on Arctic nuclear icebreaker goals. **Jamestown**, [S. l.], 18 dez. 2025. Disponível em: <https://jamestown.org/russia-overextends-on-arctic-nuclear-icebreaker-goals>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Talvez por considerar Trump um fenômeno transitório, Bruxelas continua optando por Washington em detrimento de Moscou.

Expediente

COORDENAÇÃO E DIREÇÃO: Layla I. A. Dawood

EDIÇÃO GRÁFICA: Ana Luisa Videira

REVISÃO: Alana Camoça G. de Oliveira e Vanessa Bandeira

CONTATO: labseguerj@gmail.com

SITE: www.labseg.uerj.br

Equipe

DOCENTES

Layla Dawood - coordenadora
Jana Tabak - vice-coordenadora
Alana Camoça G. de Oliveira
Clarissa Nascimento Forner
Isa Lima Mendes
Thales Leonardo de Carvalho

DISCENTES

Pós-graduandos

Camylle Caldas (Mestranda)
Carolina Rodrigues Paiva (Mestranda)
João Pedro Palmieri Ramos (Mestrando)
Marcos do Vale Araujo (Doutorando)
Vanessa Bandeira (Doutoranda)

Graduandos

Alice França
Bernardo Araujo de Souza Siqueira
Brenda Bizarelo dos Santos
Evelyn Barbosa da Silva
Isabel Neves Santana
Julianna Mezine Coelho Correa
Maria Eduarda Silva Brasil
Nicolas Lopes Whately
Thyago Henriques Lessa de Vasconcellos Antunes
Tiago Pacheco

EXEMPLO DE COMO CITAR O Boletim LabSEG

MEZINE, Julianna. AUKUS, soberania australiana e os EUA. **Boletim LabSEG**, a.1, n.1, p.13-16, 2026.